

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE HUMANIDADES  
MESTRADO EM ECONOMIA  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ECONOMIA RURAL  
CAMPUS II  
CAMPINA GRANDE-PB

† CONSIDERAÇÕES ACERCA DA NOVA DINÂMICA DA  
PRODUÇÃO DE MATÉRIAS - PRIMAS NA AMAZÔNIA  
(Dissertação de Mestrado)

MANCIO LIMA CORDEIRO  
ORIENTANDO

JURANDIR ANTONIO XAVIER  
ORIENTADOR

CAMPINA GRANDE - DEZEMBRO/82

2340  
FI  
043:PB.9809.01333  
C774C  
K.V.I  
Morse



C794c Cordeiro, Mâncio Lima.  
Considerações acerca da nova dinâmica da produção de  
matérias-primas na Amazônia / Mâncio Lima Cordeiro. -  
Campina Grande, 1982.  
94 f.

Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade  
Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1982.  
"Orientação : Prof. Jurandir Antônio Xavier".  
Referências.

1. Economia Rural - Amazônia. 2. Matéria-Prima -  
Produção. 3. Matéria-Prima Agrícola. 4. Dissertação -  
Economia. I. Xavier, Jurandir Antônio. II. Universidade  
Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). III. Título

CDU 338.43(811)(043)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CAMPUS II . CAMPINA GRANDE . PB  
CENTRO DE HUMANIDADES . CH/UFPB  
COORDENAÇÃO DO MESTRADO EM ECONOMIA

PARECER FINAL DO JULGAMENTO DA DISSERTAÇÃO DE  
MESTRADO - MÂNCIO LIMA CORDEIRO

TÍTULO: . "CONSIDERAÇÕES ACERCA DA NOVA DINÂMICA DA PRODUÇÃO  
DE MATÉRIAS-PRIMAS NA AMAZÔNIA"

COMISSÃO EXAMINADORA:

CONCEITO:

CHARLES MICHEL MARIE JOSEPH BEYLIER - PhD  
- Presidente -

Aprovado

REINALDO ANTONIO CARCANHOLO - PhD

Aprovado

JURANDIR ANTONIO XAVIER - MsC

Aprovado

Campina Grande, 22 de dezembro de 1982

A Iacuty e Rodrigo,  
esposa e filho.

A Rocilda e Josuē Cordeiro,  
meus pais.

## AGRADECIMENTOS

- À Fundação Universidade Federal do Acre, pelo financiamento do Curso.
- Em particular ao Sr. Lucas de Araújo Carvalho, pelas críticas e sugestões no sentido da melhoria do conteúdo deste trabalho.
- A Josemir Camilo de Melo, professor do Mestrado em Sociologia Rural, pelos critérios adotados na revisão.
- Ao Professor Jurandir Antonio Xavier, pela orientação durante a elaboração dessa dissertação.
- A Luizalba Santos e Souza, pela datilografia.
- E finalmente, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que este trabalho chegasse a sua forma atual, seja com críticas, sugestões ou qualquer outra forma de apoio.

## SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	1
1. Objeto de Investigação	1
2. Revisão Bibliográfica	6
3. Reflexões Metodológicas	10
II. ANTECEDENTES HISTÓRICOS	12
III. A AMAZÔNIA BRASILEIRA E A PRODUÇÃO DE MATERIAS-PRIMAS NA ATUALIDADE	37
1. Matérias-Primas Agrícolas	39
2. Extrativismo Vegetal	48
3. Extrativismo Mineral	57
IV. A AMAZÔNIA E A ECONOMIA NACIONAL	73
V. CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
VI. BIBLIOGRAFIA	90

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

## 1. OBJETO DE INVESTIGAÇÃO

Com o presente trabalho pretende-se discutir algumas questões relacionadas com a estrutura e a movimentação de capitais na Amazônia. Procurar-se-á relacionar a atual tendência da produção de matérias-primas na Amazônia com o desenvolvimento da economia nacional, bem como relacionar o papel desempenhado pelo Estado frente a atual conjuntura da economia amazônica.

Apesar de não ser o principal objeto para nossa investigação, neste trabalho, far-se-á uma análise da economia brasileira, para fundamentação das principais questões relacionadas a grande ênfase que se dá à produção de matérias-primas na região amazônica.

Neste sentido, a economia brasileira, neste século, passa por determinadas fases importantes e marcantes dentro de seu desenvolvimento. Dentre essas fases pode-se destacar como fundamentais as seguintes: num primeiro momento a economia é baseada na agro-exportação; noutro, essa economia tem como base principal a indústria, no sentido de substituição de importações, o que determinará o desenvolvimento de nosso parque industrial, culminando com o chamado "milagre brasileiro". Entretanto, esse desenvolvimento superficial da economia brasileira dá-se com base no endividamento externo, tanto para financiamento da produção quanto do consumo dos bens produzidos neste parque industrial, que não encontravam compradores no mercado interno. Anote-se também a conjuntura internacional desfavorável para a venda desses produtos no exterior, o que vem dificultar o aumento das exportações. Esse tipo de solução levou a situação em que se encontra a economia na atualidade, onde tem que enfrentar uma dívida externa gigantesca e a pressão dos banqueiros internacionais para o pagamento dessa dívida à curto prazo. Por último, tem-se a volta da economia de exportação primária, utilizando alta tecnologia, para financiamento dessa dívida externa.

Atualmente, vislumbra-se a saída através da exportação de matérias-primas. Pode-se notar perfeitamente um arrefecimento no crescimento do setor produtor de bens de produção e uma esmerada ênfase à produção de matérias-primas, principalmente na Amazônia. É nesse ponto que se deterá principalmente. Tentar-se-á, em seguida, delinear as principais questões relacionadas com esse problema.

Tendo como causa principal o desenvolvimento da indústria nos países metropolitanos, a Amazônia se incorpora ao processo produtivo internacional, com o fornecimento de matérias-primas, através da produção de borracha natural, ainda no sêculo passado. Apesar de bem mais recente, a exploração econômica da Amazônia, não difere essencialmente da exploração econômica do resto do país, que tem em seu surgimento o fornecimento de matérias-primas para o exterior, através de Portugal.

Entretanto, o desenvolvimento do capitalismo em escala internacional e o surgimento dos grandes trustes e dos grandes monopólios, estabelece a forma de exploração dos países colonizados. Num primeiro momento esses países serviam apenas como fornecedores de matérias-primas às indústrias de outros países, sendo aquelas processadas nos centros com industrialização já desenvolvida. Num segundo momento, esses capitais se deslocam para os países que antes eram somente fornecedores de matérias-primas e ali passam a produzir diretamente. O que determina, em última instância, a transferência do local de produção desses capitais e a garantia do aumento da taxa de lucro.

Apesar do desenvolvimento por que vem passando o capitalismo no Brasil, que, em algumas regiões tem uma indústria altamente desenvolvida, (o Brasil é o oitavo parque industrial do mundo) apesar da dependência externa, a Amazônia continua sendo uma região subdesenvolvida o que mostra as características das grandes desigualdades regionais no Brasil.

A Amazônia, continua sendo desde os primórdios de sua

ocupação econômica, até hoje, uma região meramente fornecedora de matérias-primas tanto para outras regiões do país como para o exterior, apesar de também constituir-se em mercado importante para produtos oriundos de diversas regiões do país e também do exterior. Inicialmente foram a borracha e a castanha brasileira, seguidas de madeiras de valor comercial altamente elevado. Atualmente, apesar da continuidade do processo anterior, existe a incrementação de projetos para extração de matérias-primas agrícolas vegetais, inversões na agropecuária e em gigantescos projetos de extração mineral, tendo como principal exemplo o Projeto Carajás.

A crise econômica pós 'milagre', gerada de acordo com alguns autores, pela falta de dinamização do setor produtor de bens de produção, poderia ser superada se as políticas adotadas pelo Estado fossem de dinamização desse setor. Não se pode esquecer, porém, que esse setor foi realmente dinamizado, entretanto, a forma de dinamização desse setor feita à luz dos interesses do capital monopolista internacional, só serviu para aumentar os laços de dependência da economia brasileira à economia internacional. Hoje, pode-se sentir o desvio da ênfase dada a esse setor para a produção de matérias-primas destinadas à exportação.

Partindo-se da análise geral da economia brasileira, pode-se notar uma tentativa de retomada do soerguimento da economia através da Amazônia, que conta atualmente com grandes projetos de infraestrutura que viabilizarão gigantescos projetos para a extração de matérias-primas na região.

Apesar da experiência anterior, o capital instalado que continua se instalando na Amazônia, é oriundo basicamente de empresas multinacionais, o que mostra que a dependência externa não acabou como acreditavam alguns, dizendo que com o "milagre" a economia se auto-sustentaria e teria sua dinamização internamente.

1 3

4

Não se pode entretanto, comparar a nossa dependência externa do final do século passado e início deste, à atual dependência por que passa a economia brasileira. O avanço tecnológico e as novas formas que apresenta o capitalismo em sua fase mais desenvolvida devem ser levados em consideração, como forma de dinamização da produção para o aumento da taxa de lucros dos capitais aqui investidos e conseqüentemente, (já que os capitais são em sua maioria estrangeiros) para maior transferência de mais-valia para outros países.

É notório o fato de que a Amazônia tem um potencial incalculável de recursos naturais, sendo o setor de mineração o que mais brilhantemente desponta como a "tábua de salvação" para a economia brasileira, através da exportação de matérias-primas produzidas na região. Seguindo a mineração vem a extração de matérias-primas vegetais e em terceiro lugar as atividades agropecuárias. Vale ressaltar que em todos esses segmentos da produção a predominância é do capital internacional, que conta com o apoio incondicional do Estado, através da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, via incentivos fiscais e creditícios para execução desses projetos.

No que diz respeito a mineração o principal projeto que se encontra em fase de implantação é o Projeto Carajás, com um potencial em reservas que até hoje não foi totalmente dimensionado, mas que já coloca o país como tendo a maior reserva de ferro de alto teor do mundo. A região possui a terceira reserva mundial de bauxita, além da segunda maior reserva de manganês do país e, mais, importantes reservas de ouro, níquel, estanho, etc.

Além desse projeto, existe o projeto de Mineração Rio do Norte, que apesar de encontrar-se fora do perímetro da região Grande Carajás, encontra-se dimensionado em seu contexto, dada a sua importância. Existem ainda a exploração de manganês e caulim no Amapá e, mais, a produção estanífera de Rondônia,

responsável por quase 90% da produção brasileira de estanho.

A produção de matérias-primas vegetais na Amazônia pode ser dividida em dois grandes grupos: as extrativas e as agrícolas. No que respeita a produção de matérias-primas agrícolas, os produtos que assumem maior destaque são: o reflorestamento para a produção de celulose, os plantios de seringueiras para a produção de borracha natural, principalmente para atender a demanda interna, o projeto de rizicultura da Jari Florestal e Agropecuária, além da produção de dendê, cacau, pimenta-do-reino, cana-de-açúcar e outros sobre os quais não entraremos em detalhes, dado o seu grau de importância na dinâmica da acumulação geral de capital. A respeito do extrativismo vegetal pode-se dar maior destaque à produção de borracha nativa, castanha e madeira.

Neste sentido, o desenvolvimento histórico indica que a tendência que se configura atualmente é a de um desvio da produção de bens de produção (máquinas e equipamentos) para a produção de matérias-primas. Assim a economia brasileira não perderá seus laços de dependência ao capital internacional e continuará sendo uma economia baseada na exportação de produtos primários.

Estes são portanto, de maneira geral, os pontos onde mais nos deteremos para o entendimento da performance que toma hoje a produção amazônica.

## 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A literatura específica sobre a questão Amazônica, no que respeita a sua nova dinâmica na produção de matérias-primas, publicada mais recentemente, tem um caráter básico de denúncia aos desmandos da política econômica adotada pelo Estado, principalmente após o golpe militar de 1964. Isto é, essa literatura apesar de sua grande importância, não penetra no âmago das questões históricas por que passa o novo processo de produção de matérias-primas na região. O caráter jornalístico e o cunho apaixonado, denotados nestes escritos são notórios até para um observador menos exigente, no que respeita a questão do entreguismo, do desequilíbrio ecológico, da questão indígena, etc.

Dentre essa literatura pode-se destacar, principalmente, os trabalhos de Irene Garrido Filha, Jaime Sautchuk e Breno Augusto dos Santos<sup>1</sup> que tratam dos problemas que estão ligados ao nosso objeto de investigação, muito embora essas questões sejam tratadas em sua maioria dos ângulos a que nos referimos anteriormente.

No caso de Garrido Filha, a autora faz uma explanação do que é o projeto Jari e suas principais atividades, passando desde os experimentos de cana-de-açúcar até a fabricação de celulose e a criação de gado, além de fazer um inventário dos capitais estrangeiros instalados na Amazônia, por ramo de atividade, origem dos capitais e tipos de incentivos adquiridos por esses projetos através da Superintendência de Desenvolvimento da

---

(1) GARRIDO FILHA, Irene. *O Projeto Jari e os Capitais Estrangeiros na Amazônia*. São Paulo. Vozes. 1980.

SAUTCHUK, Jaime. *Projeto Jari: A Invasão Americana*. São Paulo. Brasil Debates. 1979.

SANTOS, Breno Augusto dos. *Amazônia: Potencial Mineral e Perspectivas de Desenvolvimento*. São Paulo. T.A. Queiroz Editores. 1981.

Amazônia - SUDAM.

O trabalho de Sautchuk, é muito mais específico sobre o projeto Jari, apesar de, em determinados momentos, colocar questões sobre outros projetos. Esse trabalho enfoca principalmente as questões ligadas as principais atividades da Jari Florestal e Agropecuária no que diz respeito a condições de vida da população envolvida no projeto, cuja área é superior a muitos países e encravado no seio da floresta amazônica. A utilização predatória das riquezas da região assim como a tecnologia utilizada no projeto, vem a reduzir significativamente a utilização de força de trabalho. Existe também neste livro, um artigo de Horácio Martins de Carvalho que trata das relações agricultura/indústria, vendo também a questão das multinacionais e agricultura no Brasil e toma a exemplo disso o projeto Jari.

Breno Augusto dos Santos, geólogo da Companhia Vale do Rio Doce - Distrito Amazônia, faz um trabalho brilhante, onde inventaria as riquezas potenciais encontradas na região. Esta obra mostra claramente o que existe na Amazônia, região riquíssima em recursos minerais e potencial energético. Faz também uma previsão para o futuro, questionando se a Amazônia será sempre o 'eterno celeiro', formas de exploração das riquezas regionais, etc., sem entretanto abandonar o cunho apaixonado que esses escritos denotam.

Não se questiona aqui a validade desse tipo de trabalho, senão que se reafirma sua importância dentro de determinado contexto, relevando seu grande valor no fato de colocar maior parcela da população brasileira frente a frente com questões fundamentais no que respeita as transformações fundamentais acerca do desenvolvimento econômico e social da região. Entretanto, existe uma necessidade premente do entendimento mais aprofundado de algumas questões fundamentais que indicarão respostas a alguns questionamentos feitos a respeito de problemas que são trazidos à tona por esse tipo de literatura. O entendimen

to dessas questões podem, de certa forma, ser buscado num entendimento da economia brasileira nos últimos anos.

Não cabe aqui, entretanto, fazer uma revisão de toda a bibliografia sobre a economia brasileira nos últimos anos, ou seja, principalmente àquela que trata de questões relacionadas ao "milagre brasileiro". Senão, buscar indicações em alguns autores, que apesar de não tratarem especificamente da questão objeto de nossa investigação, dão alguma contribuição neste sentido.

A maioria dos autores que estudam a economia brasileira na atualidade, como é o caso de Paul Singer, Francisco de Oliveira, Maria da Conceição Tavares, Celso Furtado<sup>2</sup> entre outros, chegaram a conclusão pelos mais diversos caminhos, que a saída para a crise econômica brasileira, assim como a redução de seus laços de dependência, se encontram fundamentalmente na dinamização do setor produtor de meios de produção.

Hoje, o que se percebe é uma virtual mudança dos investimentos para a produção de matérias-primas minerais e vegetais, principalmente na Amazônia. Neste sentido, Celso Furtado, foi o único que advertiu para essa possibilidade em seu livro "Análise do 'Modelo' Brasileiro". Quando este autor delinea os requisitos para que se mantenha a expansão da economia brasileira e aponta como o principal a "criação de capacidade de pagamento no exterior pelo setor industrial", ele adverte para a possibilidade de que "não se deve excluir completamente a hipó-

(2) SINGER, Paul. *A Crise do Milagre - interpretação crítica da economia brasileira*. 3 ed. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra. 1977.

OLIVEIRA, Francisco. *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*. 4 ed. Petrópolis. Vozes/CEBRAP. 1981.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro - ensaio sobre a economia Brasileira*. 5 ed. Rio de Janeiro. Zahar. 1976.

FURTADO, Celso. *Análise do "Modelo" Brasileiro*. 7 ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1982.

*tese de uma retomada das exportações de produtos primários, como o minério e a carne, o que viria a aliviar durante algum tempo a pressão do lado da balança de pagamentos".<sup>3</sup>*

Assim, a literatura que trata da economia brasileira na atualidade, por não tratar diretamente das questões relacionadas ao nosso objeto, não significa que esteja destituída de importância em relação ao nosso trabalho. Tem importância sim, à medida que trata de questões como dívida externa, relações internacionais, capacidade de pagamento, etc., que são de fundamental importância para o entendimento da questão amazônica na atualidade.

---

(3) FURTADO, Celso. op. cit., p.57.

### 3. REFLEXÕES METODOLÓGICAS

A metodologia de análise do presente trabalho tem como fundamentação principal o relacionamento do desenvolvimento do capitalismo em geral, com o desenvolvimento e as formas de exploração econômica que atualmente se apresentam na Amazônia.

Para o entendimento das questões relacionadas com a exploração amazônica é mister que se tenha uma visão do desenvolvimento da economia de um modo geral e da economia brasileira em particular. Como nada acontece isoladamente é necessário que se tenha esse conhecimento para que se possa ter uma visão mais aprofundada da realidade em estudo, o que nos fará perceber mais claramente esse desenvolvimento, bem como identificar as modificações e transformações causadas no seio da sociedade em estudo.

O desenvolvimento do capitalismo e a direção geogrâfica que tomam os seus investimentos, são em última instância determinados pela taxa de lucros. Assim, o entendimento da questão amazônica só será possível se entendermos o processo geral de desenvolvimento do capitalismo, que engloba o movimento de ascensão e declínio da taxa de lucros e como esse movimento determina os setores e os pontos geográficos onde os capitais serão investidos.

Entretanto, o estudo das variações nacionais regionais e setoriais das taxas de lucro poderão ser objeto de investigações posteriores. Neste estudo deter-se-á, principalmente, nas reflexões das grandes tendências do movimento do capital, em particular àquela em que mostra o significado histórico do deslocamento dos investimentos para uma economia de caráter subdesenvolvido, que se industrializa aceleradamente como é o caso da economia brasileira.

Assim, se fará, em primeiro lugar, uma retrospectiva

histórica das formas de desenvolvimento do processo de produção de matérias-primas na Amazônia, anteriormente a 1970, bem como procurar-se-á entender os mecanismos de articulação dessa produção com o avanço e consolidação do capitalismo em escala internacional. Em segundo lugar procurará entender que posição ocupa a Amazônia, em sua nova fase produtiva no processo geral de acumulação de capital e, finalmente, buscar-se-á o entendimento dessa produção de matérias-primas na atualidade, relacionada à industrialização da economia brasileira.

CAPÍTULO II

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

O presente capítulo tem como finalidade principal perceber, historicamente, as formas de desenvolvimento do processo de produção de matérias-primas na Amazônia, anteriormente a 1970, bem como entender os mecanismos de articulação dessa produção com o avanço e consolidação do capitalismo.

Nesse sentido, é de suma importância o relacionamento da questão econômica da Amazônia com o resto da economia mundial, pois, a produção de matérias-primas na região, nunca esteve desligada do processo de desenvolvimento do capitalismo em escala internacional, uma vez que essa produção sempre foi determinada e dirigida em função dos interesses do capitalismo monopolista.

Durante as três últimas décadas do século passado ocorreram as mais profundas transformações no capitalismo concorrencial. Surgiram o capitalismo monopolista e o capital financiero internacional (fusão do capital bancário com o capital industrial). Nesse período ocorreu a intensificação da internacionalização do capital, em substituição à simples importação de matérias-primas das colônias e países subdesenvolvidos por países de industrialização mais avançada.

O entendimento do processo de transformação e expansão por que passou o capitalismo, em sua fase mais desenvolvida, foi resgatado de Lenin que consegue delinear, à sua época, os traços mais característicos dessas mudanças. Este autor sintetiza essas transformações em cinco pontos fundamentais, os quais explicam o controle da produção e distribuição das matérias-primas na Amazônia, acentuando o caráter de dependência das economias subdesenvolvidas, de um modo geral, e da Amazônia em particular. Estes pontos são os seguintes:

- a) "A concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica;

- b) "A fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro, da oligarquia financeira;
- c) "A exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande;
- d) "A formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas que partilham o mundo entre si;
- e) "O termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes;"<sup>1</sup>.

Nestes cinco itens Lenin define sucintamente o que significou a transformação da livre concorrência em capitalismo monopolista, que traz em seu bojo o imperialismo, isto é, uma fase mais desenvolvida do capitalismo.

Noutro trecho Lenin afirma: "o desenvolvimento da troca, tanto no interior como em, especial, no campo internacional, é um traço distintivo e característico do capitalismo. O desenvolvimento desigual, por saltos, das diferentes empresas e ramos da indústria e dos diferentes países é inevitável sob o capitalismo. A Inglaterra é a primeira que se transforma em país capitalista, e em meados do século XIX, ao implantar o livre câmbio, pretende ser a 'oficina de todo o mundo', o fornecedor de artigos manufaturados para todos os países, os quais deveriam fornecer-lhe, em contrapartida, matérias-primas. Mas este monopólio da Inglaterra enfraqueceu já no último quartel do século XIX, pois alguns outros países, defendendo-se por meio de direitos alfandegários 'protecionistas', tinham-se transformado em Estados capitalistas independentes. No limiar do século XX assistimos à formação de monopólios de outro gênero: primeiro, uniões monopolistas de capitalistas em todos os países de capitalismo desenvolvido; segundo, situação monopolista de uns poucos

(1) LENIN, V. I. O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo, in Obras Escolhidas, Vol. I. São Paulo. Alfa Omega. 1979. p.641/642.

países riquíssimos, nos quais a acumulação do capital tinha alcançado proporções gigantescas. Constituiu-se um enorme 'excedente de capital' nos países avançados".<sup>2</sup> Mais adiante Lenin vai além: "enquanto o capitalismo for capitalismo, o excedente de capital não é consagrado à elevação do nível de vida das massas do país, pois significaria a diminuição dos lucros dos capitalistas, mas ao aumento desses lucros através da exportação de capital para o estrangeiro, para os países atrasados". Lenin explica a seguir por que esses lucros são veiculados para os países atrasados, colônias ou semicolônias da seguinte maneira: "nestes países atrasados o lucro é em geral elevado pois os capitais são escassos, o preço da terra e os salários relativamente baixos e as matérias-primas baratas".<sup>3</sup>

Isso explica a formação dos monopólios e a divisão do mundo tanto entre os grandes grupos capitalistas como entre as potências imperialistas. No caso da Amazônia, a mais importante matéria-prima no início do século era, sem sombra de dúvida, a borracha, de utilidade fundamental para a produção industrial. Assim, a Inglaterra procura apoderar-se a qualquer custo da produção amazônica, tendo em vista a acumulação de capital, pois a borracha nativa tinha preço baixo em relação ao que a Inglaterra exportava para o Brasil, isto é, produtos industrializados.

O desenvolvimento da indústria pesada, a emergência do capitalismo monopolista e do capital financeiro, o surgimento da eletricidade, a revolução nos transportes, etc., são alguns dos fatores fundamentais para o entendimento da inserção da principal matéria-prima amazônica, a borracha, no desenvolvimento do capitalismo em escala internacional.

Porém, antes de se iniciar a produção gumífera na Amazônia, esta já possuía uma agricultura, que para a época, se poderia considerar razoavelmente desenvolvida.

---

(2) LENIN, op.cit., p.621.

(3) Idem, op.cit., p.622.

Neste sentido, Luis Osiris da Silva aponta que: "as aldeias jesuíticas foram laicizadas pelo poder público, com instruções para orientá-las no sentido do plantio sistemático de mandioca e de vários outros vegetais nativos. O café, trazido da Guiana Francesa, por Francisco Xavier Botero, aclimatara-se bem, intensificando sua produção ao ponto de ser proibida a entrada de semilar estrangeiro na colônia. Um século antes de fazer a grandeza de São Paulo, o café já era uma riqueza amazônica. O cacau, nativo da região, teve sua cultura estimulada e disciplinada, assim como o tabaco, o arroz e o algodão".<sup>4</sup>

Esses fatos são registrados na era pombalina e sua ocorrência determina a criação da Intendência Geral do Comércio, Agricultura e Manufaturas, que tinha na pessoa de seu representante a coordenação de todas as atividades no sentido da assistência direta aos produtores, instruindo-os, incentivando-os e corrigindo-os, conforme as palavras de Osiris, obra já citada.

Em 1775, havia somente na Capitania de São José do Rio Negro, hoje o Estado do Amazonas, quantidades expressivas da produção agrícola, que contava aquela época com: "220.920 pés de café, 90.350 de cacau, 47.700 de tabaco, 870 de algodão. Em 1818 no Solimões já havia sítios com 20.000 pés de café".<sup>5</sup>

Existem autores, como Manoel Nunes Dias, que atribuem o crescimento da agricultura na Amazônia à criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778), porém outros como Dauril Alden, de acordo com Roberto Santos<sup>6</sup> mostram que apesar da companhia ter sido de significativa importância para a exportação agrícola, é pura apologia de Nunes Dias querer atribuir à

(4) SILVA, Luis Osiris. *A Luta pela Amazônia*. São Paulo. Fulgor. 1962. p.80/81.

(5) REIS, Arthur César Ferreira. *O Seringal e o Seringueiro*. Rio de Janeiro. Serviço de Informações Agrícolas. 1953. p.29.

(6) SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia - 1800-1920*. São Paulo. T.A. Queiroz Editor. 1980, principalmente capítulo II.

mesma o desenvolvimento da agricultura Amazônica.

Roberto Santos nos indica que "a emergência do chama do ciclo agrícola da Amazônia ocorreu no século XVIII. Produzia-se cacau, café, algodão, cana-de-açúcar, etc. Em 1710 tinham-se introduzido arados no Xingú, técnica também adotada depois no Marajó".<sup>7</sup>

A significação da produção agrícola amazônica pode-se notar pelas palavras de Reis: "os rebanhos cresciam no Marajó e Baixo Amazonas. Em 1861/82 contam-se 523 fazendas, com uma população bovina de 210.742 cabeças, aumentadas para 355.451 menos de 20 anos depois. A lavoura do cacau, do café, do algodão, da cana-de-açúcar, do tabaco, do arroz, emprestava à Amazônia, principalmente à província do Pará, um caráter de prosperidade ponderável. O Cacau, por exemplo, que em 1780-1790 atingira u ma produção de 619.239 arrobas, em 1852-1862 somara uma produção de 2.094.119 arrobas. O algodão, entre 1852-1862 alcançara as 26.168 arrobas. Para o fabrico do açúcar e da aguardente, funcionavam em 1862, no Pará, 161 engenhos".<sup>8</sup>

Entretanto a cultura da cana-de-açúcar na Amazônia e ra uma ameaça a essa cultura no Nordeste, que àquela época já contava com produção significativa, além disso a Amazônia nesse mesmo período não contava com disponibilidade de capitais para fazer frente a concorrência nordestina.

O mesmo aconteceu com o cacau que, em certa época, teve sua exportação proibida para que não prejudicasse a produção da Bahia. Esses fatos, além de outros, começam a nos mos trar de onde surgem os entraves para o desenvolvimento da agri cultura na Amazônia.

Juntamente com a tentativa de desenvolver a agricultu ra regional existia também uma tentativa de desenvolver a indus

(7) SANTOS, Roberto. Op.cit., p.16.

(8) REIS, Arthur César Ferreira. Op.cit., p.30.

trialização. De acordo com Arthur Reis, somente em Belém, em 1862, existiam 1273 estabelecimentos industriais que empregavam uma população de 8.000 indivíduos. Esses estabelecimentos estavam distribuídos em fábricas para a produção de tecidos, com a instalação de teares, olarias, fábricas de sabão, corda, velas de cera etc.

Paralelamente a todo esse esforço pioneiro, tanto da agricultura quanto da tentativa do processo de industrialização, existia também o da produção extrativa de especiarias, que inicialmente tinha proibição pelo governo Português, tendo em vista que seria uma concorrência com as Índias que também produziam esses bens.

As especiarias (cravo, cacau, copaíba, salsaparrilha, breu, baunilha, quina urucú) tinham sua coleta efetuada basicamente por indígenas, que além de profundos conhecedores dos segredos da região, também o eram dessas especiarias.

Quanto à produção de cana-de-açúcar, com a alta do produto no mercado internacional os portugueses tentaram estender a produção até o Oiapoque. Entretanto, antes deles houve por parte de franceses, ingleses e holandeses a tentativa de montagem de uma indústria de açúcar no delta amazônico, chegando para tanto a desenvolverem grandes plantios de cana-de-açúcar, com a utilização da força de trabalho de escravos negros<sup>9</sup>. A iniciativa da industrialização do açúcar na Amazônia, por parte dos franceses, ingleses e holandeses, que é responsável por grande parcela da instalação dos engenhos a que nos referimos acima, tinha como finalidade principal a concorrência de Portugal no Mercado Internacional.

Outro fator que contribuiu para o arrefecimento da agricultura regional, de forma decisiva e certamente o mais importante, foi o desenvolvimento da indústria nos países mais

---

(9) Ver a esse respeito Luis Osiris Silva, obra citada, principalmente a parte que trata da luta econômica.

avançados. O crescimento e diversificação de produtos industriais implicavam no aumento da produção de borracha, que assumia as mais variadas formas de utilização na elaboração desses produtos. Desta forma, os interesses do capital se voltam, na Amazônia, exclusivamente para a produção gumífera. A região passa a ser, logo depois, responsável pela quase totalidade da produção de látex utilizado no consumo industrial de todo o mundo.

A seringueira nascida nas várzeas amazônicas, onde tem sua quantidade estimada em 400 milhões de árvores, produz o látex que teve sua primeira utilização pelos indígenas ainda no século XVIII. O látex tinha entre os nativos uma aplicação muito variada: fabricavam desde utensílios domésticos até pequenos objetos de adorno. A substância foi levada para a Europa pelo pesquisador francês La Condamine, onde foram realizadas pesquisas para determinar outras formas de utilização da goma.

Na Europa vão sendo descobertas outras finalidades na utilização do produto, culminando com a descoberta da vulcanização, em 1839, por Charles Goodyear, que descobriu ser a borracha vulcanizada resistente a altas temperaturas e ao atrito. Assim, essa matéria-prima passa a ter uma importância ainda maior no mercado internacional.

O desenvolvimento da produção de pneumáticos e a transformação da bicicleta em meio de transporte dão grande impulso ao consumo internacional de borracha. Entretanto, o que realmente determina a maior expansão e a necessidade de maior produção de borracha é o crescimento da indústria automobilística.<sup>10</sup>

Para que se perceba a necessidade da incrementação de borracha, àquela época, onde o automóvel despontava como meio de transporte, o Quadro I demonstra a importância desse produto para a indústria automobilística.

(10) Consultar João Antonio de Paula em *Notas sobre a Economia da Borracha no Brasil*. Belo Horizonte. 1978, mimeo.

### QUADRO I

PRODUÇÃO DE AUTOMÓVEIS E PNEUMÁTICOS E.U.A. (1916 - 1925)

ANOS	AUTOMÓVEIS	PNEUMÁTICOS
1916	3.512.996	18.500.000
1917	4.983.340	25.850.000
1918	6.146.617	21.600.000
1919	7.558.848	34.300.000
1920	9.211.295	32.100.000
1921	10.448.623	27.267.000
1922	11.500.000	38.200.000
1923	12.880.000	45.000.000
1924	15.200.000	50.000.000
1925	17.500.000	55.750.000

FONTE: José Carlos Macedo Soares: *A Borracha*, Paris, 1927. p.66. Citado por João Antnio de Paula em "*Notas Sobre a Economia da Borracha no Brasil*". Belo Horizonte . 1978, mimeo.

Alguns autores explicam a decadência da agricultura na Amazônia pelo avanço da produção gumífera. A natureza do processo produtivo, na extração da goma, dado o baixo nível tecnológico, implicava na utilização massiva e intensiva da força de trabalho existente na região, para atender as necessidades do consumo externo.

Ao que parece não é somente a extração gumífera, em si, que aniquila com a agricultura amazônica àquela época. Tudo leva a crer que seria perfeitamente possível a produção agrícola paralelamente à produção extrativa, não houvesse interesse do capital monopolista internacional no sentido do bloqueio da produção agrícola.

Em primeiro lugar, o capital monopolista internacional estava no afã da dominação dos mercados de matérias-primas nas colônias, ex-colônias e nos países subdesenvolvidos. Em segundo lugar, a inexistência da produção agrícola favorecia de outra forma ao capital internacional, que ocupava a função de abastecedor de mercadorias, inclusive gêneros alimentícios, necessários à população regional envolvida ou não no processo de extração do látex: *"Na fase esplendorosa do empreendimento gumífero, um aviamento em grande estilo, compreendia mercadorias nacionais e estrangeiras: da própria Amazônia, do Maranhão, do Nordeste, do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Rio Grande do Sul, da França, da Bélgica, de Portugal, da Inglaterra, da Alemanha, dos Estados Unidos, etc."*<sup>11</sup> Eram consumidos na Amazônia, no auge da exploração da borracha, vindos das mais diversas regiões do Globo, desde roupas íntimas até queijos e charutos caros.

Não se contrapõe entretanto que a produção gumífera, em si, não tem também sua parte na responsabilidade pelo desaparecimento quase que total da produção agrícola regional. O processo produtivo para a exploração do látex, sendo a borracha o principal móvel para os interesses do capital internacional,

---

(11) REIS, Arthur C. Ferreira. Op.cit., p.87.

exigia dedicação exclusiva à produção de borracha no sentido de aumentar sistematicamente o volume de produção da goma elástica.

A descoberta da vulcanização em 1839 e posteriormente o desenvolvimento dos transportes, principalmente o automóvel, como já nos referimos anteriormente, dando a borracha vasta utilização no campo industrial, é que esta passa a ocupar posição privilegiada no mercado internacional.

A exigência internacional, inicialmente muito reduzida, é suprida com a também incipiente produção amazônica que em 1827 tem uma produção que gira em torno de 30 toneladas anuais, passando para uma produção de 16.394 toneladas pouco mais de meio século depois. (Quadro II).

Com o crescimento da produção gumífera, crescia a exigência de um complexo de atividades para a manutenção dessa produção. É assim que o "sistema de aviamento" toma impulso dada a escassez da moeda circulante na região. As transações comerciais eram normalmente feitas a crédito.

Roberto Santos, em História Econômica da Amazônia - (1800 - 1920), diz que: "aviar na Amazônia, significa fornecer mercadorias a crédito. O 'aviador' de nível mais baixo fornecia ao extrator certa quantidade de bens de consumo e alguns instrumentos de trabalho, eventualmente pequena quantidade de dinheiro. Em pagamento recebia a produção extrativa. Os preços dos bens eram fixados pelo 'aviador', o qual acrescentava ao valor das utilidades fornecidas juros normais e mais uma margem apreciável de ganho, a título do que se poderia chamar 'juros extras'. Esse 'aviador', por seu turno, era 'aviado' por outro e também pagava 'juros extras' apreciavelmente altos. No cume da cadeia estavam as firmas exportadoras, principais beneficiárias do regime de concentração de renda por via do engenhoso mecanismo de 'juros extras' e do rebaixamento do preço local da borracha. A cadeia era simplificada quando o seringalista se tornava um empresário de certa envergadura. Neste caso, ele próprio

## QUADRO II

AMAZÔNIA - PRODUÇÃO DE BORRACHA NATURAL - 1827 - 1945

ANOS	PRODUÇÃO (t)	ANOS	PRODUÇÃO (t)
1827	31	1906	37.540
1828	51	1907	36.650
1829	91	1908	38.511
1830	156	1909	39.494
1836	189	1910	38.177
1837	284	1911	44.296
1838	244	1913	36.232
1839	392	1914	33.531
1840	388	1915	35.165
1841	339	1916	31.495
1842	270	1917	33.998
1843	340	1918	22.662
1844	451	1919	33.252
1845	561	1920	23.586
1846	674	1921	17.439
1847	625	1922	19.855
1848	901	1923	17.995
1849	978	1924	21.568
1850	1.467	1925	23.537
1851	1.582	1926	23.263
1852	1.633	1927	26.162
1860	2.673	1928	18.826
1870	6.591	1929	19.861
1880	8.679	1930	14.138
1890	16.394	1931	12.623
1891	17.790	1932	6.224
1892	18.609	1933	9.453
1893	19.430	1934	11.150
1894	19.470	1935	12.370
1895	20.975	1936	13.247
1896	22.320	1937	14.792
1897	22.260	1938	12.064
1898	25.355	1939	11.861
1899	28.695	1940	11.835
1900	27.650	1941	10.734
1901	29.971	1942	20.364
1902	29.890	1943	24.335
1903	32.590	1944	28.477
1904	33.090	1945	30.594
1905	34.680		

FONTE: Reis, Arthur César Ferreira - *O Seringal e o Seringueiro*.  
Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola, 1953. p.  
60, 65, 73, 74 e 76.

se constituía um 'aviador' de primeira linha, ligando-se diretamente, por um lado, às casas 'aviadoras' de Belém e Manaus e, por outro, ao seringueiro extrator, seu 'aviado' ou 'freguês'.<sup>12</sup>

O sistema de aviamento possuía dessa forma uma cadeia que, no que diz respeito à produção extrativa, partia dos extratores, passando pelos aviados de 2.<sup>a</sup> e 1.<sup>a</sup> linha, casas aviadoras e exportadores, chegando finalmente ao mercado consumidor internacional. No que respeita ao fornecimento de bens de consumo, instrumentos de trabalho e dinheiro, a operação era feita inversamente, ou seja, partindo-se do mercado internacional, chegava-se ao extrator, passando por todas as etapas acima mencionadas.

Assim, as casas aviadoras, sendo em sua maioria empresas estrangeiras, dominavam o mercado tanto interno como externo da produção e comercialização da borracha. Com o desenvolvimento da produção do látex, essas empresas vieram a tornar-se verdadeiras potências que, das mais diversas formas, carreavam para o exterior o excedente gerado na produção extrativa amazônica. De acordo com Luís Osiris: "assim estava a economia amazônica nas mãos dessas firmas: Albert H. Alden, norte-americana, Shader, Gruner & Co., germano-britânica, Witt & Co., alemã, Gordon & Co., norte-americana, Neale & Co., inglesa que na plenitude do ciclo gumífero, conseguiam fabricar crises através de um jogo criminoso, com estoques acumulados nas praças compradoras, forçando a estabilização e até a queda do preço do produto, pelo controle absoluto que exerciam sobre as fases fundamentais da comercialização".<sup>13</sup>

Paralelamente à dominação das casas aviadoras no processo de produção e no circuito da comercialização, existia a questão do crédito nas transações mercantis de exportação da borracha que facilitava, ainda mais, a acumulação de capital le

(12) SANTOS, Roberto. Op.cit., p.159/160.

(13) SILVA, Luis Osiris. Op.cit., p.96.

vando-se em conta que as compras eram feitas normalmente com prazos não inferiores a 90 dias. Este prazo era mais que suficiente para a borracha chegar aos mercados consumidores e ali ser novamente comercializada. Assim ficava o capital disponível ao emprego em outras formas de investimento, acentuando ainda mais a monopolização e a acumulação do capital internacional.

O capital internacional, em determinado momento do desenvolvimento capitalista, só se interessa pela retirada de matérias-primas brutas para serem processadas nos centros mais desenvolvidos. Para cumprir tal finalidade, procura retirar da Amazônia tudo o que lhe é possível, sem se preocupar com a forma predatória e desorganizada como esse processo se desenvolve. Seu objetivo é realmente aumentar cada vez mais sua taxa de lucro que, em última instância, é quem determina sua existência.

Assim, a produção de borracha na Amazônia, toma grande impulso passando de uma produção de 31 toneladas em 1827 para 1.582 toneladas em 1851. O desenvolvimento tecnológico, na indústria, força mais ainda o aumento da produção de látex que em 1890 já contava, na Amazônia, com uma produção de mais de 16.000 toneladas. A essa época o preço da tonelada de borracha girava em torno de 150 libras esterlinas.<sup>14</sup>

Para aumentos constantes da produção era mister que a área explorada fosse aumentada cada vez mais para o atendimento dos interesses do capital monopolista internacional. É nesse bojo que acontece um fato de fundamental importância para que o aumento da área e, conseqüentemente da produção fosse efetivado, isto é, a incorporação do território acreano (hoje Estado do Acre) ao Brasil, até então pertencente à Bolívia.

Por conta disso o Governo brasileiro passa a receber pressões a respeito do cumprimento de tratados firmados anteriormente. Paula nos diz que: "os bolivianos, antes passivos

(14) A esse respeito verificar os quadros II e III, além dos autores como Arthur Reis, Samuel Benuchimol, Luis Osiris da Silva, Roberto Santos entre outros.

com relação a ocupação da terra acreana, passam, a partir de 1895, a ter uma política de pressões sistemáticas junto ao governo brasileiro para o respeito ao tratado do Ayacucho. Em 1898, o governo brasileiro reconhece a soberania da Bolívia sobre as terras acreanas. Os acreanos entretanto lutam contra essa determinação brasileira ajudados pelo governo da província do Amazonas. A partir daí abre-se uma longa etapa de rebeliões que culminarão com a anexação do Acre ao Brasil, em 1903, através do tratado de Petrópolis".<sup>15</sup>

A época em que os acreanos disputavam o território, reconhecido pelo Governo brasileiro como possessão boliviana, o capital internacional já se articulava via Bolívia, através do Bolivian Syndicate, onde os banqueiros e industriais americanos e ingleses, negociavam os destinos da produção extrativa daquele país.

Ao final do processo de lutas o Bolivian Syndicate é indenizado e a Bolívia recebe a quantia de 2.000.000 de libras esterlinas e o compromisso da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, como forma de indenização pelo território que passa a ser, a partir daí, definitivamente brasileiro.

A incorporação do Acre ao território Nacional é fundamental para manter o Brasil em posição homogênea na produção de borracha natural, e a indenização paga pelo Brasil é insignificante se verificarmos o crescimento do preço da borracha no mercado internacional (ver Quadro III) que logo em 1910 atingiria 655 libras esterlinas por tonelada do produto.

O interesse do capital internacional, tanto na divisão dos mercados como na manutenção sob seu domínio das fontes de matérias-primas impede a consolidação e a continuidade da plantação de seringais de cultivo iniciada por Tenreiro Aranha, governador da Província do Rio Negro em 1830, e não a alegação

(15) PAULA, João Antonio. Op.cit., p.6/7.

## QUADRO III

EXPORTAÇÃO DE BORRACHA SILVESTRE AMAZÔNICA PARA O EXTERIOR  
1821 - 1947

ANOS	QDE (t)	£ (t)	ANOS	QDE (t)	£ (t)
1821/1830	329	67	1921	17.493	72
1831/1840	2.314	72	1922	19.855	72
1841/1850	4.693	45	1923	17.995	100
1851/1860	19.383	116	1924	21.568	90
1861/1870	37.166	116	1925	23.537	206
1871/1880	60.225	183	1926	23.263	145
1881/1890	110.048	152	1927	26.162	107
1891/1900	213.755	209	1928	18.826	76
1901	30.241	283	1929	19.861	75
1902	28.632	256	1930	14.138	54
1903	31.717	308	1931	12.623	32
1904	31.866	350	1932	6.224	34
1905	35.393	450	1933	9.453	43
1906	34.260	401	1934	11.150	50
1907	36.490	374	1935	12.370	50
1908	38.206	308	1936	13.247	88
1909	39.027	484	1937	14.792	90
1910	38.547	655	1938	12.064	44
1911	36.547	412	1939	11.805	63
1912	46.286	380	1940	11.835	97
1913	36.232	285	1941	10.734	126
1914	33.531	206	1942	12.204	179
1915	35.165	200	1943	14.575	191
1916	31.495	240	1944	21.192	255
1917	33.998	224	1945	18.887	270
1918	27.662	174	1946	18.159	190
1919	33.252	188	1947	14.510	186
1920	23.587	106			

FONTE: Benchimol, Samuel. *Amazônia Um Pouco Antes e Além Depois*  
Manaus, Umberto Calderaro, 1977, p.252.

que faz Osíris, em A Luta pela Amazônia, de que "ninguém conven  
cia o Amazonida de plantar" tendo em vista que a selva estava a  
li e nela eram contidas milhões dessas árvores.

Sé na realidade o capital monopolista tivesse interess  
se na produção de borracha, através de seringais de cultivo, na  
Amazônia, seria muito pouco provável a falta de capitais - que  
o próprio Osíris reconhece para levarem esses empreendimentos a  
frente e para que fosse consolidada a produção de borracha sob  
a forma de cultivo.

A afirmativa feita de que a interferência do capital  
monopolista internacional foi o principal fator para que o de  
senvolvimento dos plantios de seringais no Brasil não se firmass  
sem, tem como suporte o fato de que logo depois, em 1850, a In  
glaterra iniciava suas experiências no sentido da produção em  
seringais de cultivo no Sudoeste Asiático, levando mudas da Ama  
zônia e onde o risco de investimento era superior do que se es  
sa mesma tentativa fosse feita em solos onde a seringueira era  
comprovadamente aclimatada.

A tentativa inglesa tem dois motivos fundamentais: se,  
por um lado, garantia em seu poder o monopólio dessa importante  
matéria-prima para a indústria, em suas colônias e não no Bra  
sil, por outro, teria a longo prazo o aumento da sua taxa de lu  
cro, dada a alta produtividade do trabalho nos seringais de cul  
tivo. Isso sem levar em consideração que também a longo prazo  
poderia aniquilar com a produção extrativa - o que de fato acon  
teceu - da Amazônia, tendo sob seu controle tanto a produção em  
seu território como dos mercados que necessitavam da utilização  
da borracha para a produção industrial.

Com a entrada da produção das colônias inglesas no  
mercado, a Amazônia começa a perder sua hegemonia da produção  
de borracha natural. A produção asiática até o final do século  
passado é incipiente se compararmos com a produção do resto do  
mundo. Em 1900, o sudoeste asiático participava apenas com 500

toneladas de uma produção mundial de 45.000 toneladas. Porém, a produção em seringais de cultivo estava em franco desenvolvimento. Cinco anos depois a produção asiática já se apresentava cinco vezes maior que a de 1900, isto é, em 1905 já possuía uma produção de 2500 toneladas.<sup>16</sup>

Neste momento, a participação amazônica, como fornecedora de borracha natural, ainda era responsável pela maior parte do produto consumido no mercado internacional, tendo sua produção em constante elevação, passando de uma quantidade que girou em torno de 3.000 toneladas em 1901 para aproximadamente 35.000 em 1905.

O que ainda mantinha a Amazônia com a hegemonia de maior produtor de borracha natural era, em primeiro lugar, a incipiência da produção asiática de seringais de cultivo e, em segundo lugar, a necessidade cada vez maior dessa matéria-prima para a indústria. Tal situação se sustentava na pressão da demanda internacional do produto que garantia uma tendência crescente dos preços. Em 1900, o preço da tonelada do produto custava 209 libras esterlinas, tendo este se elevado para 420 libras esterlinas logo em 1905.

O interesse do capital monopolista de ainda continuar mantendo o preço do produto em elevação só se explica pelo fato dessa matéria-prima ser ainda escassa, nos mercados internacionais e a produção asiática, articulada por ele, não conseguir ainda suprir a demanda imposta pelo parque industrial de todo o mundo, que em 1905 girava em torno de 70.000 toneladas.

Entretanto, logo depois, em 1910, somente a produção asiática já contava com um volume do produto na ordem de 11.000 toneladas, passando para 75.000 em 1914 e 118.500 logo em 1915. A produção asiática, tendo em vista as condições técnicas e eco

---

(16) Todos os dados referentes a produção, consumo, exportação e preço da borracha constantes neste capítulo, quando não explicitamente indicados, constam dos quadros I, II, III e IV.

nômicas em que era desenvolvido o seu processo produtivo, força os preços da borracha a caírem nos mercados ingleses e americanos, principalmente. Isto se explica pelo fato da produção de borracha no sudoeste asiático, através de seringais de cultivo, utilizando uma tecnologia avançada, conseguir aumentar acentuadamente a produtividade do trabalho, sendo, neste caso, diminuído o tempo de trabalho necessário por unidade de produto, em relação ao extrativismo, o que vem a reduzir o valor deste produto e, conseqüentemente, também a reduzir o seu preço no mercado internacional.

Em 1910, quando a Amazônia conheceu a sua fase de maior esplendor, o preço da tonelada do produto no mercado internacional era de 655 libras esterlinas. Logo no ano seguinte, ano de maior produção amazônica, esse preço cai para 412 libras, chegando a atingir, em 1931, 32 libras esterlinas por tonelada.

A queda do valor comercial da borracha e o desinteresse do capital internacional em manter a produção nativa, força a Amazônia, não só a perder a condição de maior produtora de borracha natural, mas também, a da economia da borracha entrar em declínio, levando os seringalistas a abandonarem quase que completamente os seringais, chegando a exportação do produto, em 1932, a atingir apenas a cifra das 6.224 toneladas, sendo sua cotação 34 libras no mercado internacional.

Assim, a produção asiática via capital monopolista internacional consegue aniquilar a atividade extrativa da Amazônia. Não devemos esquecer, entretanto, como já frisamos anteriormente, que a primeira tentativa de cultivar as seringueiras se deu na Amazônia, na província do Rio Negro, hoje Estado do Amazonas e que teve seu embrião sufocado pelos interesses do capital internacional.

As primeiras tentativas no sentido da proteção à economia extrativista da Amazônia se dão tão logo a Região se sente ameaçada pelo poderio do sudoeste da Ásia. Em 1911, foi criada

do o convênio Parã-Amazonas. Em 1912, o Plano de Defesa da Borracha, ambos objetivando a viabilidade da concorrência a produção asiática que no momento começava a se impor como potência.<sup>17</sup>

Com o declínio ainda maior da produção de borracha na Amazônia, e diante da situação em que se encontravam os extratores do produto, em sua maioria nordestinos, começam outras tentativas no sentido da manutenção e soerguimento da produção nativa. Dentre elas podemos citar: em primeiro lugar, a tentativa feita através do Banco do Brasil, em 1918, que assumia o compromisso da compra da borracha produzida nos seringais amazônicos, em segundo, entre 1923 e 1925, foi a vez do governo norte-americano tomar a seu cargo essa tentativa, no desejo da liberação das indústrias norte-americanas do domínio do oriente. Além dessas houve o "plano Stevenson", em 1922, visando a regulamentação e regularização da produção e conseqüentemente o equilíbrio dos preços.<sup>18</sup>

Mesmo com essas tentativas, seria muito pouco provável uma reversão na decadência da empresa extrativa, pois os preços do produto no mercado internacional eram ditados pela produção asiática, sendo infinitamente inferiores aos conseguidos pela produção amazônica. A tentativa feita pelo Banco do Brasil encontra também a grande barreira da incipiência do consumo interno dado a fragilidade, àquela época, da indústria nacional.

A produção de borracha na Amazônia só lograria se soerguer quando os interesses do capital internacional assim o indicasse. Dessa forma, esse soerguimento só ocorreu durante a segunda grande Guerra, com o domínio do Japão sobre os territórios das fontes produtoras dessa matéria-prima, através do conflito armado.

---

(17) Para maiores detalhes consultar Roberto Santos. Op. cit., p.246 e seguintes.

(18) Verificar neste sentido Arthur Reis. Op.cit., p.74/75.

Os Estados Unidos vendo-se ameaçado pela falta de borracha para sua indústria de guerra volta-se para Amazônia, tendo nesta um suporte para dar continuidade a sua produção de armamentos para os países em conflito.<sup>19</sup>

É dessa forma que a Amazônia volta novamente a produzir borracha, agora não mais sob a intensa pressão do capital inglês, via casas aviadoras e exportadoras, mas sim, e em piores condições, sob o domínio do capital financeiro norte-americano, cujo interesse em financiar a reativação da atividade extrativa de borracha na Amazônia não se colocava como estratégia duradoura, mas estava definido pelo limite de expansão de sua indústria, cuja opção se apresentava como única alternativa frente a conjuntura mundial. Isto é, os interesses norte-americanos limitavam-se apenas ao fato do aumento de seus lucros, utilizando borracha amazônica, na produção de armamentos para indústria de guerra.

Arthur Reis nos mostra como se processaram os acordos entre Brasil e Estados Unidos, no que respeita a reincorporação da Amazônia à produção mundial de borracha e outras matérias-primas brasileiras dizendo o seguinte: "para ganhar a guerra, era preciso borracha para as mil e uma utilidades ligadas aos programas militares das Nações Unidas, como eram necessárias outras matérias-primas existentes no Brasil. Brasil e Estados Unidos negociam, então, 41 acordos, conhecidos como 'acordos de Washington' dos quais 21 diziam respeito a produção lactífera... Programa-se uma revolução: a 'batalha da borracha'. A ação dinâmica prevista estava a cargo da 'Rubber Reserve Company', Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia, Banco da Borracha e Serviço Especial de Saúde Pública".<sup>20</sup>

(19) Vale salientar que a participação norte-americana na Segunda Guerra, foi principalmente na produção de armamentos para os países beligerantes. O seu território foi inatingido como campo de batalha. Isso veio a facilitar a acumulação de capital norte-americano, tornando-o a maior potência mundial logo depois da guerra.

(20) REIS, Arthur C. Ferreira. Op.cit., p.75.

Todo esse aparato foi criado com o apoio incondicional dos Estados Unidos, cujos acordos foram assinados em 3 de março de 1942 em Washington. O apoio norte-americano "traduzia-se na subscrição de 40% das ações de um estabelecimento de crédito e na participação financeira e técnica para a criação de condições alimentares e sanitárias que permitissem à população do vale levar a efeito o programa de extração daquela matéria-prima".<sup>21</sup>

O discurso americano era o de que essa ajuda revertia-se no sentido do "ressurgimento da economia gumífera da Amazônia". Entretanto, o próprio desenvolvimento histórico vem a depor contra esse tipo de declaração e comprometimento com a causa Amazônica, pois tão logo finda a guerra o capital norte-americano deixa de ter "interesses" na Amazônia. Novamente a Região que teve um meio surto de crescimento da produção gumífera, chegando a produzir 30.594 toneladas do produto em 1945, passa a entrar novamente em fase de decadência, tão logo é retirado o "apoio" do capital americano com o término da guerra. Daí, infere-se a posição puramente estratégica dos Estados Unidos, na reativação da produção de borracha na Amazônia.

O Esforço do Banco de Crédito da Borracha ainda continua por algum tempo, porém sem nenhum resultado positivo no sentido de garantir o aumento da produção e o mercado.

Não bastasse a trama de articulações existentes envolvendo esta atividade, a produção amazônica de borracha natural sofre novo golpe do capital monopolista internacional. Desta feita, não só a borracha amazônica, mas também toda a produção mundial de borracha. Era descoberta a utilização de um sub-produto do petróleo em substituição à borracha natural. A borracha sintética, começa a ser utilizada em substituição à goma natural.

---

(21) SILVA, Luís Osiris. Op.cit., p.111.

A história da competição entre a borracha sintética e a natural não tem passado distante. No final da década de 30, a participação dos sintéticos no consumo mundial de borracha girava em torno de 2%, enquanto a borracha natural atingia, em 1940, níveis jamais imaginados, 1.394.500 toneladas do produto, graças aos plantios do sudoeste da Ásia. (Quadro IV).

Como o preço do petróleo era relativamente barato, com pensava a utilização em grande escala de borracha sintética. Por um lado, dado o preço do petróleo que permitia a extração de sintéticos mais baratos e de outro, a queda da produção de bor racha natural que, em 1945, tem, seu volume produzido, atingido a insignificante cifra de 255.000 toneladas do produto, sendo o sudoeste asiático responsável por apenas 150.000 toneladas, quan do, em 1941, atingira a fantástica quantidade de 1.581.000 tone ladas.

Até 1953, a borracha natural respondia por quase 60% do consumo mundial de borracha, que é revertido logo em seguida, passando a contribuir com apenas 30% do total desse consumo. En tretanto, o preço do petróleo vem frear, de certa forma, na a tualidade, a utilização em grande escala de borracha sintética. As políticas econômicas no sentido da substituição da borracha sintética pela natural já se fazem sentir. Este fato será obje to de nossa investigação em partes posteriores deste trabalho.

Com o desenvolvimento da indústria e mais especificame nte com o crescimento da indústria automobilística, o Brasil não consegue produzir sequer a borracha de que necessita para suprir sua demanda interna. Em 1968, enquanto a produção nacio nal de borracha era de aproximadamente 23.000 toneladas, o con sumo atingia a quantidade de mais de 38.000 toneladas. Os da dos para 1977 nos mostram que as proporções crescem fantastica mente. (Quadro V).

O Brasil, que antes fora o maior produtor mundial de borracha, hoje se encontra em posição desfavorável frente ao

QUADRO IV - POSIÇÃO MUNDIAL DAS BORRACHAS NATURAIS

Unidade: 1.000 kg (peso seco)

ANOS	PRODUÇÃO			CONSUMO	ANOS	PRODUÇÃO			CONSUMO
	S.E. ÁSIA	OUTRO(*)	TOTAL			S.E. ÁSIA	OUTROS	TOTAL	
1900	500	45.000	45.000	52.500	1923	385.000	27.000	412.500	452.500
1901	500	44.500	45.000	52.500	1924	398.000	32.000	430.000	472.000
1902	500	42.000	42.500	50.000	1925	495.000	40.000	535.000	562.500
1903	1.000	49.000	50.000	57.500	1926	591.500	43.500	635.000	552.500
1904	2.000	50.500	52.500	65.000	1927	573.000	47.000	620.000	605.000
1905	2.500	52.500	55.000	70.000	1928	632.500	32.500	665.000	695.000
1906	3.000	59.500	62.500	75.000	1929	852.500	32.500	885.000	817.500
1907	7.500	67.500	75.000	77.500	1930	817.000	20.500	837.500	722.500
1908	5.000	65.000	70.000	75.000	1931	797.000	18.000	815.000	692.500
1909	5.500	72.000	77.500	90.000	1932	711.500	11.000	722.500	702.500
1910	11.000	86.500	97.500	102.500	1933	852.000	13.000	865.000	837.500
1911	18.000	79.500	97.500	102.500	1934	1.035.000	15.000	1.050.000	935.000
1912	34.000	83.500	117.500	122.250	1935	823.000	19.000	842.500	955.000
1913	54.500	68.000	122.500	132.500	1936	852.500	30.000	882.500	1.062.500
1914	75.500	49.500	125.000	122.500	1937	1.193.500	36.500	1.230.000	1.107.500
1915	118.500	54.000	172.500	162.500	1938	891.000	34.000	925.000	970.000
1916	164.500	53.000	217.500	187.500	1939	978.500	36.500	1.015.000	1.122.500
1917	225.000	57.500	282.500	225.000	1940	1.394.500	45.500	1.440.000	1.127.500
1918	184.000	38.500	222.500	237.500	1941	1.581.000	44.000	1.525.000	1.260.000
1919	354.500	53.000	407.500	317.500	1942	582.500	67.500	650.000	777.500
1920	310.000	37.500	347.500	302.500	1943	383.500	89.000	472.500	625.000
1921	282.500	25.000	307.500	282.500	1944	258.000	107.000	365.000	395.000
1922	385.500	24.500	410.000	410.000	1945	150.000	105.000	255.000	266.500

FONTE: Anuário Estatístico SUDHEVEA, Mercado Estrangeiro, 1976.

Notas: A produção brasileira consta no Quadro II.

Até 1936, inclusive, exportações efetuadas.

Até 1936, inclusive, importações efetuadas excetuados os E.U.A., cujo consumo se confronta a partir de 1917, O Reino Unido, cujas importações efetivas foram corrigidas por alterações nos estoques armazenados de 1914 e 1933, comportando-se o consumo a partir desta data.

**QUADRO V**  
**PRODUÇÃO, CONSUMO E IMPORTAÇÃO DE BORRACHA**  
**BRASIL - 1971**

BORRACHA NATURAL				BORRACHA SINTÉTICA			
ANOS	PRODUÇÃO (t)	CONSUMO (t)	IMPORTAÇÃO (t)	ANOS	PRODUÇÃO (t)	CONSUMO (t)	IMPORTAÇÃO (t)
1968	22.958	38.156	12.891	1968	58.856	70.542	17.933
1969	23.950	35.072	10.231	1969	61.671	71.121	14.137
1970	24.976	36.739	11.224	1970	75.459	85.354	15.644
1971	24.231	41.762	22.139	1971	78.234	97.488	27.558
1972	25.818	44.219	18.422	1972	94.581	114.220	24.045
1973	23.402	51.156	36.595	1973	125.620	149.533	51.266
1974	18.606	57.945	36.527	1974	155.161	166.227	40.337
1975	19.348	58.704	42.340	1975	128.848	176.336	26.863
1976	20.218	66.111	50.481	1976	164.384	201.636	22.610
1977	22.560	71.364	57.495	1977	188.148	204.729	25.279

FONTE: Relatório de Atividade da SUDHEVEA - 1977.

resto do mundo, importando até a borracha de que necessita para o seu consumo industrial interno.

Não podemos atribuir a decadência da economia gumífera brasileira à inabilidade dos nativos no tratamento das questões de economia internacional e sim ao caráter contraditório do desenvolvimento do capitalismo, principalmente em sua etapa imperialista, que em determinados momentos deu incondicional apoio a essa produção, retirando-o a partir do momento em que não era mais de seu interesse. Seus interesses são transferidos para novas fontes de matérias-primas, para novos mercados, onde a taxa de lucro lhe é mais vantajosa.

Assim é a economia amazônica que, desde os primórdios de sua participação como produtora de matérias-primas, continua até nossos dias atada aos laços da dependência do capital monopolista e do imperialismo.

CAPÍTULO III

A AMAZÔNIA BRASILEIRA E A PRODUÇÃO DE MATÉRIAS-PRIMAS  
NA ATUALIDADE

Até bem pouco tempo, a Amazônia brasileira participava, no âmbito da economia internacional, somente como produtora de matérias-primas vegetais. Dentre essas podemos destacar a borracha, a castanha e a madeira, além de outras espécies que eram utilizadas na fabricação de perfumes, tinturas, etc.

Apesar dessas atividades ainda se manterem até nossos dias e a despeito das inúmeras crises por que passou e ainda passa a produção de borracha nativa regional, a Amazônia vive hoje uma nova fase como participante do processo de acumulação geral de capital, em escala internacional, como fornecedora de matérias-primas, sob uma estrutura diversificada e à luz de uma nova dinâmica.

Na década dos 50 podem-se notar algumas mudanças no perfil da exploração amazônica. Neste sentido, temos a exploração do estanho no Território Federal de Rondônia (hoje Estado de Rondônia) e a do manganês no Amapá, ambas feitas por empresas multinacionais, BRSCAN e ICOMI respectivamente. Entretanto, mais recentemente é que se introduzem novas formas de exploração da Amazônia, dentre as quais podemos citar: pecuária, mineração em grande escala, agricultura, etc. além da permanência do extrativismo vegetal. Após os ciclos de extração de uma parte dos recursos vegetais da Amazônia, hoje sob nova orientação, recomeça-se a exploração Amazônica, com interesses voltados principalmente para a exploração mineral, mormente após a descoberta do potencial mineral do Grande Carajás. A agropecuária também se faz presente neste contexto.

A área amazônica representa quase 60% do território nacional. Apesar de ser uma das regiões mais ricas do país, em potencial de recursos naturais é a que menor produção apresenta em relação a outras regiões.

Dentro desse panorama tentaremos entender a intensifi

cação do processo de produção de matérias-primas na Amazônia, principalmente na última década, bem como as relações que se estabelecem entre a economia brasileira e a economia internacional via economia Amazônica. Esta conta, hoje, com grande quantidade de projetos implantados e uma gama de outros em implantação nos mais diversos setores de sua economia. Neste sentido, encontramos projetos na agricultura, pecuária, mineração, além da continuidade do extrativismo vegetal e dos projetos industriais, principalmente na Zona Franca de Manaus.

Tendo em vista o horizonte desse trabalho, procurar-se-á analisar a produção de matérias-primas na Amazônia, enfocando principalmente, os produtos de maior importância dentro de cada um desses segmentos da economia. Como a principal preocupação desse trabalho é a análise da produção de matérias-primas, resolveu-se adotar o critério da divisão destas em três grupos principais: matérias-primas agrícolas, extrativismo vegetal e extrativismo mineral. Serão tratados separadamente, para facilitar a compreensão e o papel de cada um deles no processo geral de acumulação de capital. Em cada um desses grupos serão eleitos os principais produtos para que se faça a análise. Este procedimento, entretanto, não implica que o tratamento teórico dessas questões seja obrigatoriamente diferenciado, permanecendo a mesma perspectiva, aos vários níveis do desenvolvimento do trabalho.

## 1. MATÉRIAS-PRIMAS AGRÍCOLAS

Na agricultura os produtos que assumem maior destaque no contexto deste trabalho são: o reflorestamento para a produção de celulose; os plantios de seringueiras para a extração de látex, principalmente para atender a demanda interna; o cultivo de arroz do Projeto Jari, que tem como finalidade principal a exportação, às agro-indústrias internacionais, para produção de mucilagem, e mesmo o simples beneficiamento, já que este é exportado em casca. Além disso existe também a produção de cacau, mandioca, dendê, pimenta-do-reino, e outros sobre quais não entraremos em detalhes, dado seu grau de importância, na dinâmica geral da acumulação de capital.

No caso da plantação de madeiras para a extração de celulose, que também preenche os requisitos de reflorestamento, os principais projetos existentes são um empreendimento da Jari Florestal e Agropecuária e outro da Amapá Florestal e Celulose S/A - AMCEL -, sediado no Território Federal do Amapá<sup>1</sup>. O projeto da JARI, subsidiária da National Bulk Carriers (EUA)<sup>2</sup>, tem como meta o reflorestamento de 200.000 hectares de floresta densa da Amazônia, entre os rios Jari e Paru. Este empreendimento consiste na plantação de Gmelina arborea e Pinus, que servirão para a produção de celulose ou para a produção de madeira. No caso da produção de madeiras as árvores serão cortadas com 10 anos (gmelina) e 12 anos (pinus). Se para a fabricação de celu

(1) A AMCEL - constitui-se de uma associação entre a ICOMI, subsidiária da Bethlehem Steel Corp. (51%), e Scott Paper Co. (49%), ambas com sede nos Estados Unidos. Ver a esse respeito Irene Garrido Filha. *O Projeto Jari e os Capitais Estrangeiros na Amazônia*. São Paulo, Vozes, 1980, p.23.

(2) As empresas do Grupo Jari, foram negociadas com um Grupo de empresas nacionais em 1981, entretanto, tendo em vista as características preservadas e também que a maioria dos dados utilizados referem-se até 1980, tratou-se este projeto em sua forma original.

lose esta idade baixa para 6 a 7 e 6 a 9 anos respectivamente<sup>3</sup>. Deste projeto já foram implantados 100.000 hectares, com 100 milhões de árvores das duas espécies. Os 100.000 hectares restantes isto é, a segunda parte do projeto, será implantada ainda na década de 80, segundo depoimento do Diretor da Jari Florestal, Francisco Andrade, à Comissão de Segurança Nacional em 20 de junho de 1979.

A finalidade principal desse projeto é o abastecimento de madeiras para a manutenção da atividade de uma fábrica flutuante que atualmente utiliza madeiras regionais e caulim. Essa fábrica, trazida totalmente montada do Japão poderá ser removida da Amazônia e transportada para qualquer outro lugar, dentro da região ou fora dela, assim que os interesses do grupo assim o indicarem.

O reflorestamento seria uma garantia para este tipo de atividade da Jari, pois a longo prazo, tornar-se-á economicamente inviável a exploração da floresta nativa para a fabricação de papel e celulose. Dessa forma, a Jari Florestal poderá ter a curto prazo (6 anos) a madeira necessária a esse tipo de atividade, significando isto a segurança do fornecimento da matéria-prima para continuação de sua atividade.<sup>4</sup>

Um fato que deve ser levado em conta é a forma de implantação desse projeto. Todo ele foi implantado com recursos externos, além da isenção dos impostos de importação e renda, concedidos pelo Governo brasileiro para implantação e viabilização de mais um projeto do capital internacional no Brasil.

No que respeita à produção desse projeto, as previsões para o período de 1976 a 1985 são da exportação de celulose no valor de 616 milhões de dólares, contra uma saída de capitais no valor de 736 milhões de dólares. Neste sentido são esse

(3) GARRIDO FILHA, Irene. Op.cit., p.22.

(4) Consultar a esse respeito Jaime Sautchuk. *Projeto Jari: a Invasão Americana*. S.Paulo, Brasil Debates, 1979.

projeto nos traz um déficit de 120 milhões de dólares num período de menos de 10 anos. A saída de capitais refere-se à importação de equipamentos, amortizações de empréstimos e serviços de dívidas.<sup>5</sup>

Toda a polpa e a celulose produzidas pela Jari têm como finalidade a exportação, sendo transformada em papel nos centros mais industrializados, para ser importado a preços muito elevados pelo Brasil, grande importador desse produto.

No projeto da Amapá Florestal e Celulose S/A - AMCEL, a finalidade exclusiva é também a plantação de Pinus. A área prevista no projeto é de 160.000 hectares. Destes, 80.000 hectares já estão implantados<sup>6</sup> e até 1985 toda a área estará completamente coberta por essa vegetação-exótica à região - que certamente trará problemas ecológicos de grandes dimensões. Entretanto, o projeto prevê também a de fabricação de celulose. Esses pinus deverão estar abastecendo uma usina de produção de celulose, com capacidade para 231.000 toneladas anuais a partir de 1985. Como no primeiro caso, toda a celulose produzida terá como destino os corredores de exportação. Esse projeto recebeu também os mesmos tipos de incentivos estatais para sua implantação.

Outra matéria-prima estratégica e de fundamental importância, embora de utilização diferente, é a borracha natural. Esta além de sua utilização em grande escala para a indústria automobilística, serve à confecção de outros produtos de fundamental importância para a economia. Hoje, a despeito do que ocorreu no passado (ver capítulo II desse trabalho), passa a ser explorada com ênfase em seringais de cultivo.

A ênfase dada ao seringal de cultivo no Brasil é re

---

(5) Neste sentido consultar Irene Garrido Filha. Op.cit., p.28.

(6) Informação obtida no Seminário Economia e Sociedade, realizado de 9 a 13 de agosto de 1982, em Rio Branco, Acre, pela Associação Profissional dos Economistas.

cente. É somente a partir de 1972, com a criação do Programa de **Incentivo à Produção de Borracha Natural - PROBOR I**, que se começa o incentivo à produção de borracha em seringais de cultivo. Em 1977, foi instituído o Segundo Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural - PROBOR II e em 1981, com aprovação em 1982, foi criado o PROBOR III.

O programa tem como finalidade o aumento da produção de borracha natural, através de seringais de cultivo, para fazer frente à deficiência da produção nacional no suprimento da demanda interna, tendo em vista o crescimento do preço do petrôleo e, conseqüentemente, dos sintéticos, além de tentar reduzir a importação crescente de borracha natural. Além da produção de borracha natural em seringais de cultivo, esse programa visa também: recuperação de seringais de cultivo, recuperação de seringais nativos, abandonados desde a segunda grande guerra e incorporação de novos seringais nativos.

O primeiro Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural - PROBOR I - apresentava como meta principal a formação de 18.000 hectares de seringais de cultivo, na Amazônia e Bahia<sup>7</sup>. A área contratada foi muito além da meta estabelecida. Foram contratados 27.800 hectares, dos quais somente 17.738 foram implantados em todo o Brasil. Coube a Amazônia, o plantio de cerca de 12.400 hectares daquele total. O Acre foi o Estado Amazônico que mais plantou seringueiras, com o apoio financeiro do PROBOR I, com aproximadamente 30% da área plantada na Amazônia, isto é, cerca de 4.100 hectares.

Sabe-se que os programas de incentivos à produção de borracha natural financiam tanto o custeio como o investimento a juros subsidiados e com prazo de carência não inferior a 7

(7) Os dados referentes ao PROBOR I e II, quando não explicitamente mencionados, referem-se a SUDHEVEA. *Comentários sobre o Desempenho do PROBOR I e II*. Rio Branco. 1982, mimeo. Este relatório nos mostra a posição desses projetos até maço de 1982.

anos, prazo em que a seringueira plantada já apresenta condições de ser sangrada pela primeira vez e também sua rentabilidade mínima.

Apesar disso, da área contratada na Amazônia, a que nos referimos anteriormente, o relatório acima citado, classifica os seringais de cultivo existentes em três tipos fundamentais: normais, anormais recuperáveis e anormais irrecuperáveis. No que concerne ao PROBOR I, os seringais considerados normais cobrem apenas 45% da área total contratada. Aos anormais recuperáveis coube uma área de 30% e, finalmente, aos irrecuperáveis 25% da área total contratada. Isto revela que apenas 75% da área contratada, na Amazônia, com incentivos do PROBOR I poderão tornar-se efetivamente produtivos. Vale ressaltar que os 30% recuperáveis necessitam de injeção de recursos para sua recuperação, para tornarem-se futuramente seringais produtivos.

O Relatório de Atividades da Superintendência da Borracha, de 1980, mostra que já foram liberados recursos no valor de 535 milhões de cruzeiros de um total de aproximadamente 1,2 bilhões, contratados pelo PROBOR I, para formação de seringais de cultivo, até dezembro de 1980.

A despeito dos resultados apontados, pode-se notar uma acentuada diferença entre a área contratada e a área plantada pelo PROBOR I. Tal diferença pode ser explicada pela combinação dos seguintes fatores: a concepção geral do Programa e a natureza específica do investidor. O programa, de forte matiz autoritário - pensado em gabinetes para atender os interesses do capital monopolista - não guarda, na parte que lhe imprime cunho produtivo, nenhuma identidade com as condições regionais. Vale dizer, a implantação de seringais de cultivo se revestiu de um amálgama de problemas que passam não só pelos aspectos agrônômicos como pela questão da infra-estrutura física e social, de difícil superação imediata. Por outro lado, constata-se desvio na aplicação dos recursos pelos investidores - normalmente oriundos de outras regiões - que, atraídos pelos incentivos estatais,

encenam o cultivo da seringueira com a finalidade de captar recursos, cuja aplicação se dá em outras atividades de retorno mais rápido, auferindo lucros de extraordinária magnitude.

Baseado nos "resultados", nada promissores, do Primeiro Programa de Incentivo a Produção de Borracha Natural, o Estado cria em 1977 o PROBOR II, que tem suas atividades iniciadas a partir de 1978. São incorporadas ao PROBOR II, além das atividades do PROBOR I, a recuperação de seringais de cultivo na Amazônia, atividade anteriormente só exercida na Bahia.

O PROBOR II, tem como meta principal a implantação de 120.000 hectares de seringais de cultivo em todo o país. Foram contratadas neste sentido cerca de 135.000 hectares. Dessa cifra pouco mais de 60.000 hectares foram plantados em todo o país. Isso mostra a tendência mais acentuada do PROBOR II em relação ao anterior, no que se refere à diferença entre as áreas contratada e plantada.

A classificação do relatório da SUDHEVEA, já citado anteriormente, referente ao segundo Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural, indica que as perspectivas não parecem menos sombrias que as do PROBOR I, pois: 58,3% da área foi considerada como seringais normais; 32,7% como anormais recuperáveis e 9% como anormais irrecuperáveis. Isso indica que, apesar da experiência acumulada com o PROBOR I, os resultados não foram tão satisfatórios quanto se esperava. Vale ressaltar, ainda, que o PROBOR II - segundo o Relatório de atividades da SUDHEVEA de 1980 - foram aplicados recursos da ordem de aproximadamente 1,5 bilhões de cruzeiros, de uma soma contratada de 7,8 bilhões de cruzeiros. Essa importância refere-se somente ao subprograma de Seringais Cultivados, existindo ainda subprogramas que cobrem as áreas de recuperação e formação de seringais nativos, bem como a implantação de usinas e mini-usinas de beneficiamento da produção.

Ao todo na Amazônia, o PROBOR I somado ao PROBOR II,

foram realizados plantios de seringueiras em uma área total de cerca de 41.000 hectares, de uma área total contratada de aproximadamente 100.000 hectares, tendo sido plantado portanto bem menos de 50% da área total contratada.

Ainda com base no mesmo documento, na formulação deste programa (refere-se ao PROBOR II), "feitos os reajustes que se impuseram à vista da performance do Primeiro Programa, projetou-se que em 1992 - após 15 anos portanto - o Brasil apresentaria a produção de 181.650 toneladas de borracha seca, oportunidade em que as exigências do mercado interno, considerando o seu crescimento médio anual de 7%, seriam da ordem de 193.700 toneladas. Estaríamos, assim, com 93,78% de autosuficiência, uma vez que apenas 6,22% da matéria-prima, cerca de 12.000 toneladas ainda dependeriam de importação.

Basicamente, persegue-se através do PROBOR II a redução de participação da matéria-prima importada no consumo interno de 71,57% para 6,22%"<sup>8</sup>.

Até hoje se desconhece na Amazônia, qualquer produção dos seringais de cultivo, mormente do PROBOR I, que passados 10 anos já deveriam estar operando em sua quase total capacidade, alcançada aos doze anos de vida das árvores. Quanto ao PROBOR II, tendo em vista os dados apresentados anteriormente, jamais será conseguida a meta estabelecida pelo Estado, no sentido de suprir a necessidade de importação dessa matéria-prima.

Entretanto, apesar dos fracassos e da falência desses dois programas, o Estado, a fim de beneficiar o grande capital que se utiliza de borracha como matéria-prima industrial, lançou em 1982 o PROBOR III, que tem como meta principal a implantação de 250.000 hectares de seringais de cultivo em todo o país até 1987. O programa foi dimensionado de maneira a atingir 30.000, 40.000, 40.000, 50.000, 50.000, hectares em 1982, 1983, 1984, 1985,

---

(8) SUDHEVEA - Relatório de Atividades. Brasília, 1980, p. 39.

1986, 1987 respectivamente<sup>9</sup>. Para o ano de 1982 a meta está de finitivamente ameaçada, tendo em vista que até esta data nenhuma parcela de recursos foi liberada e não existe nenhuma área preparada para este fim.

Podemos, após consultar os dados acima apresentados, verificar que papel representa o Estado no sentido de minimização dos custos de importação da indústria automobilística, principalmente a maior consumidora de borracha no país, tendo em vista o aumento constante dos preços do petróleo e a alta taxa de importação de borracha natural que vem sendo efetuada pelo Brasil.

No que se refere à produção agrícola de alimentos, o que se apresenta com peso fundamental é o projeto de rizicultura da Jari Floresta e Agropecuária Ltda. Sua meta é a de 15.000 hectares de plantio de arroz em 5 anos (dados de 1980) com uma produção estimada de aproximadamente 140.000 toneladas do produto, o que representa uma produtividade de 8 a 10 toneladas/a no por hectare<sup>10</sup>.

Até agora, a produção de arroz da Jari ainda é pequena, se comparada com sua meta, porém, já abastece todo o pessoal envolvido em todos os projetos da empresa, exportando ainda a maior parte produzida neste empreendimento. No ano de 1980, foram produzidas 15.000 toneladas do produto, sendo exportadas deste montante 12,8 mil toneladas<sup>11</sup>.

Pelo exposto, conta-se que o arroz destinado ao consumo interno do projeto é mínimo quando comparado à produção total a ser executada. Na verdade a finalidade do projeto é a da exportação de arroz beneficiado. Porém, até 1980 todo o arroz exportado foi em casca, o que por um lado beneficia as agro-in-

(9) Diário Oficial da União de 26.04.82.

(10) GARRIDO FILHA, Irene. Op.cit., p.29.

(11) SAUTCHUK, Jaime. Op.cit., p.45.

dústrias estrangeiras e por outro reduz ainda mais a capacidade de absorção de força de trabalho no projeto.

Este projeto está sendo realizado com a utilização da mais alta tecnologia e conseqüentemente com uma composição orgânica do capital muito elevada, sendo reduzido consideravelmente a utilização de força de trabalho nos plantios de arroz, ( 120 pessoas para cada 2 mil hectares, devendo baixar para 75 após treinamento)<sup>12</sup>.

Nessa atividade, "toda a cultura é mecanizada, desde o plantio e a aplicação de herbicidas e inseticidas, feitos por aviões, até a colheita feita por colhedoras de esteiras.

Para montar o sistema de irrigação, foi necessária a construção de diques de quatro metros de altura, capazes de conter as águas do Amazonas, que não sobem acima de 3 metros de seu nível normal. O arroz é plantado já germinado, jogado por aviões agrícolas, o que encurta o seu ciclo de produção em três ou quatro dias, evita a perda de sementes e não permite o crescimento de ervas daninhas. Durante os cerca de 115 dias até a colheita os pés são mantidos por uma lâmina que nunca sai de uma faixa de sete a dez centímetros de água"<sup>13</sup>.

Não se pode esquecer que esse empreendimento, com tais condições, tem ainda o aval do Estado, como em todos os outros projetos do grupo Ludwig e goza de isenção de impostos de importação e renda, tarifas portuárias, etc.

---

(12) SAUTCHUCK, Jaime. Op.cit., p.41.

(13) Idem, op.cit., p.45. De acordo com Irene Garrido Filha, os diques construídos pela Jari têm mais de 20 quilômetros de comprimento por 5 metros de altura.

## 2. EXTRATIVISMO VEGETAL

No que respeita ao extrativismo vegetal, como já se referiu anteriormente, a Amazônia desde os primórdios de sua ocupação econômica tem como principal produto a borracha nativa. Entretanto, com a perda da hegemonia amazônica na produção desta matéria-prima a economia extrativa passa por sérias crises.

A castanha do Brasil e madeira são de certa forma os produtos que sustentariam a economia regional a partir de então. Contudo, apesar das crises, a produção extrativa de borracha nunca desapareceu. Atualmente, existe grande incentivo à produção de borracha nativa para suprimento da demanda interna, em constante elevação, tendo em vista o desenvolvimento do parque industrial brasileiro. Isto posto, formulam-se a seguir as principais questões referentes à produção de matérias-primas extrativas vegetais, na Amazônia, elegendo-se as três que se colocam como sendo as mais importantes: borracha, castanha e madeira.

A borracha nativa amazônica ocupou durante muito tempo posição hegemônica no mercado internacional, tornando-se, a região, a maior produtora mundial de borracha, por várias décadas. Com o desenvolvimento dos seringais de cultivo, no Sudoeste asiático, a partir da segunda década deste século, a Amazônia perde sua condição de primeiro produtor mundial, passando a produção nativa a entrar em franca decadência.

A economia da borracha só vem tomar novo impulso durante a segunda grande guerra, tendo em vista o bloqueio japonês às plantações asiáticas e a necessidade norte-americana de produzir borracha para indústria de guerra. A partir daí, o Banco da Amazônia S/A - BASA, anteriormente Banco da Borracha, uma das criações dos acordos de Washington - assumia o monopólio estatal da borracha tendo o controle dos processos de produção e circulação, sendo o responsável pela realização do produto. Po

rêm a redução dos preços no mercado internacional, conseguidos graças à alta produtividade do cultivo Asiático, é uma grande barreira para a manutenção da produção nativa, cuja produtividade é infinitamente inferior à alcançada naquela região.

Com o advento da grande crise que abate sobre a economia mundial, na atualidade, e principalmente pelos aumentos constantes dos preços do petróleo, o Estado nacional passa a tomar determinadas medidas de incentivo à produção de borracha para suprir as necessidades internas da economia brasileira.

Neste sentido foi criado o Programa de Incentivo à Produção de Borracha - PROBOR - que atualmente encontra-se em sua terceira fase. Esse programa, visa a produção de borracha tanto nativa quanto de cultivo, principalmente através do crédito subsidiado, assistência técnica etc.

As principais metas do PROBOR I, II e III, no que se refere a produção de Borracha nativa são as seguintes:

#### PROBOR I

- . Recuperação de 10.000 "colocações" de seringais nativos na Amazônia.
- . Instalação de usinas de beneficiamento de borracha junto aos centros produtores (9 na Amazônia e 2 na Bahia).

#### PROBOR II

- . Recuperação de 10.000 "colocações" de seringais nativos na Amazônia.
- . Abertura de 5.000 "colocações" de seringais nativos na Amazônia.
- . Financiamento de 8 usinas de beneficiamento de Borracha e Látex.

#### PROBOR III

- . Abertura de 5.000 "colocações" de seringais nativos na Amazônia.

. Implantação de 500 mini-usinas e 4 usinas de beneficiamento.<sup>14</sup>

Partindo-se do suposto de que esse programa tem financiamento a juros subsidiados e levando-se em consideração suas metas, pode-se perceber com mais clareza o quanto o Estado está interessado em aumentar a produção interna, no sentido do abastecimento do parque industrial brasileiro - principalmente a indústria automobilística - reduzindo assim os custos de produção dessas empresas.

Entretanto, apesar dos interesses totalmente voltados para resolver o problema da queda da taxa de lucro na indústria, os resultados do PROBOR tanto nos seringais nativos como nos seringais de cultivo deixam muito a desejar em relação às suas metas. Apesar do incentivo à abertura de novos seringais e à implantação de seringais de cultivo, a produção de borracha a partir da criação desse programa, ou seja, nos últimos 10 anos, tem um aumento de pouco mais de 3 mil toneladas, passando de cerca de 25 mil toneladas em 70 para aproximadamente 28 mil toneladas em 1980. Contudo no mesmo período o consumo de borrachas naturais, no Brasil, aumentou de 37 para 81 mil toneladas do produto.<sup>15</sup>

Como se pode notar o consumo cresce de forma acelerada enquanto a produção caminha lentamente, dificultando assim o abastecimento interno, via produção nacional. Não se está afirmando aqui a inviabilidade dos seringais de cultivo e nativos na Amazônia, mas sim a incompetência de como são administrados esses recursos que, na maioria das vezes, atendem interesses específicos, alheios à concepção do Programa.

Os dados apresentados mostram a falência desse programa da forma como está sendo executado, mas apesar disso foi lançado recentemente a 3.<sup>a</sup> classe desse programa, muito mais pujante e ambiciosa que as primeiras e que por não introduzir mudan

(14) SUDHEVEA. *Comentários sobre o PROBOR I e II*. Rio Branco, 1982, mimeo.

(15) SUDHEVEA. *Anuário Estatístico*. 1981, p.7.

ças significativas na estrutura global da proposta, certamente terá o mesmo futuro.

Dessa forma, queremos reforçar mais uma vez, até onde os interesses do imperialismo determinam onde e em que ramo da economia deverão ser aplicados os capitais, tendo em vista o aumento da taxa de lucro. O caso da borracha amazônica é patente nesse sentido. Produzir ou não produzir, sempre foi determinado pelos interesses do capital monopolista internacional.

Ainda no extrativismo vegetal, encontramos a castanha e a madeira como produtos fundamentais, para economia regional. Esses produtos em determinado momento, principalmente com as crises da economia da borracha, sustentaram de certa forma a economia da região.

A castanha do Brasil, produto de alto valor nutritivo e em grande quantidade na Amazônia é de fundamental importância. "Estima-se que existem, na Hilêia, cerca de 9 milhões de castanheira em produção, tomando-se por base a existência de 3 árvores por quilômetro quadrado, numa estimativa sem dúvida, muito modesta. Adotando como média de produção 40 quilos por árvore, deduz-se que há uma produção anual de 360 mil toneladas, das quais cerca de 40 mil toneladas são coletadas e aproveitadas economicamente, havendo um desperdício de 320 mil toneladas de castanha, que apodrece na mata sem utilização"<sup>16</sup>.

Apesar de existirem divergências quanto à quantidade de castanha produzida no Brasil, tendo em vista o total descontrole tanto nas áreas de produção como nas áreas de comercialização, a grande verdade é a de que, realmente, a parte da castanha produzida que se aproveita é ínfima.

A coleta da castanha é trabalho árduo, pois, requer de pois de coletados os ouriços que se encontram espalhados pelo

---

(16) PANDOLFO, Clara. *A Amazônia Brasileira e suas Potencialidades*. Belém. Ministério do Interior/SUDAM, 1979, p.53/54.

mato em áreas imensas. O que dificulta o aumento da produtividade é a abertura desses ouriços, para que se possa ter as amêndoas com cascas para posterior beneficiamento.

As dificuldades que se apresentam para sua coleta impedem que a produção seja totalmente aproveitada para o consumo, pois torna-se inviável economicamente recolhê-las a longas distâncias, tendo em vista a dificuldade de transporte, escoamento da produção etc.

O consumo interno de castanha do Brasil é infinitamente pequeno. A quase totalidade da produção é exportada, sendo o Brasil o principal exportador do produto. "A participação do Brasil na oferta mundial de castanha é de cerca de 90%. A Bolívia e o Peru são os outros produtores que complementam a oferta mundial de castanha. Como país produtor-exportador a Bolívia coloca-se em segundo lugar e o Peru em terceiro. Segundo informações de um comerciante de castanha em Rondônia, a produção total da Bolívia seria de, aproximadamente, 15.000 toneladas com casca. Quanto a outros países, além do Brasil, Peru e Bolívia, onde há ocorrência da castanha nativa não há registros de exportação. Vale lembrar que grande parte da castanha boliviana é comercializada através de exportadores brasileiros"<sup>17</sup>.

Convém salientar que já existem estudos no sentido de viabilização dos plantios de castanha. Esses estudos, além da tentativa de viabilizar a produção economicamente, tentam impedir que as castanheiras amazônicas sejam dizimadas pelas grandes derubadas que hoje devastam a Amazônia de um modo geral.

A produção brasileira de castanha no período de 1955 - 1977 ficou em média em torno de 44.000 toneladas, ficando para exportação no mesmo período cerca de 36.000 toneladas.<sup>18</sup>

(17) CEPA/AC. *Estudo sobre a Economia Extrativa da Castanha do Brasil*. Rio Branco, 1980, p.101.

(18) Idem, op.cit., p.102.

Por fim, outro produto que assume posição de destaque na economia extrativa amazônica é a madeira, que constitui sem dúvida um dos mais importantes recursos da floresta, tendo em vista a sua vasta utilização passando desde a fabricação de embarcações em estaleiros até a construção civil.

Segundo Clara Pandolfo, "os dados gerais fornecidos pelos inventários realizados na área, mostram que o potencial médio é de  $178 \text{ m}^3/\text{ha}$ , para a terra firme e de  $90 \text{ m}^3/\text{ha}$  para várzea. Essas cifras mostram-se bastante modestas frente aos dados do Projeto RADAM que dão um potencial médio de  $200 \text{ m}^3/\text{ha}$  para terra firme e  $100 \text{ m}^3/\text{ha}$  para várzea, conformando a noção existente de que a densidade da floresta aumenta na direção leste-oeste, com as florestas do alto Amazonas, na parte ocidental da Região, muito mais ricas e portentosas do que as localizadas na parte oriental, o que leva à estimativa de um potencial global de madeira em  $\bar{p}$  muito superior aos 45,5 bilhões de metros cúbicos, aqui consignados.

Todavia considerando que a exploração de madeira na Amazônia ainda se faz em caráter relativo, isto é, nem todas as espécies são usadas mas apenas uma minoria, é preciso também que se conheçam os números representativos do potencial atualmente comercializável, que são da ordem de  $60 \text{ m}^3/\text{ha}$  para a terra firme e  $30 \text{ m}^3/\text{ha}$  para a várzea"<sup>19</sup>.

De acordo com essa estimativa pode-se notar mesmo que seja totalmente aproveitada as espécies hoje comercializáveis, o que não acontece, quanta madeira é queimada na Amazônia com as grandes derrubadas para a implantação de fazendas de gado.

Na área de reflorestamento da Jari Florestal, segundo seus engenheiros florestais, "a mata da região é composta por  $150$  a  $200 \text{ m}^3$  de madeiras por hectare. Desse volume até agora não é aproveitado mais do que  $8 \text{ m}^3/\text{ha}$ ... E o resto foi queima

(19) PANDOLFO, Clara. Op.cit., p.60/61.

do"20.

Entretanto os técnicos da Jari buscam através de testes, o aproveitamento das madeiras nativas para junto com as árvores de reflorestamento complementarem-se no sentido da fabricação de celulose.

A exploração de madeiras feita na Amazônia é dominada pelo capital internacional<sup>21</sup> que conta com o apoio incondicional do Estado através da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, via incentivos fiscais e creditícios, para a viabilização desses projetos com garantia de alta taxa de rentabilidade.

Atualmente a produção de madeira na Amazônia não é significativa em relação ao potencial existente. Porém tudo indica, que essa produção aumentará significativamente com a implantação do projeto de exploração mineral de Carajás (trataremos mais adiante) que conta em seu programa de investimentos diretos com cerca de 1,3 bilhões de dólares, além dos investimentos de infra-estrutura, para reflorestamento.

Apesar do pouco aproveitamento das madeiras amazônicas e da imprecisão das informações, segundo o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF e a CACEX do Banco do Brasil, da produção e exploração das madeiras amazônicas constituem um importante produto de exportação.

Apesar da carência de informações sobre a real produção madeireira para comparação com as exportações, sabe-se que grande parte do produto é exportado para o Nordeste, Sul e Sudeste do país ficando uma parte na região, e o restante exporta

---

(20) SAUTCHUK, Jaime. Op.cit., p.39/40.

(21) Ver Quadro I. Esse quadro apresenta apenas os capitais entrangeiros existentes na área, entretanto isto não modifica o panorama uma vez que esses são os principais projetos madeireiros existentes na região.

QUADRO I

QUADRO SINÓTICO DA PARTICIPAÇÃO DOS CAPITAIS ESTRANGEIROS NA AMAZÔNIA - SETOR MADEIREIRO

F I R M A	LOCALIZAÇÃO	EMPRESA	NACIONALIDADE	CAPITAL	PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL NACIONAL	INCENTIVOS FISCAIS	OBSERVAÇÕES
Amazonas Timber Ltd.	Manaus-AM	Hans & Johannes desterie	Al. Fed.		-	-	
Atlantic Veneer de Mato Grosso S.A. Indústria de Madeiras Banakoba Ltda	Cuiabá-MT Belém-PA	Atlantic Veneer Co Caribbean Lumber	E.U.A. Bahamas	Cr\$ 200.000 (s/data) Cr\$ 355.231 (s/data)	- -	- -	
Bruynzeel Madeiras S.A. Brumasa	Macapá-AP	Bruynzeel NV	Holanda	Cr\$15.000.000	ICOMI (minoritária)	SUDAM-49% dos recursos para implantação -isenção de imposto de renda -isenção do imposto de importação.	
Cia Amazonas Madeiras e Laminados	Portel-PA	Georgia Pacific Co Portland	E.U.A.	Cr\$ 700.000 (s/data)	-	SUDAM-isenção do imposto de renda -isenção do imposto de importação.	foi citada na CPI da venda de terras a estrangeiros.
Eidai do Brasil Madeiras S/A	Belém-PA	Eidai Co. Ltd.	Japão	Cr\$30.000.000 (s/data)	-	-	
Jari Florestal e Agropecuária Ltda.	Almeirim-PA	Nacional Bulk	E.U.A.	Cr\$38.985.000	-	SUDAM-isenção do imposto de importação.	foi citada na CPI da venda de terras a estrangeiros.
Lawton Madeiras da Amazônia Ltda. Madeiras Astrurgal	Região de Belém-PA Muaná-PA	Lawton Lumber Co Inc. Elena Murillo	E.U.A. Costa Rica	?	-	SUDAM-isenção do imposto de renda -isenção do imposto de importação.	
Madeiras Gerais S.A.	Breves-PA	Georgia Pacific	E.U.A.	Cr\$10.000.000	-	SUDAM-75% dos recursos para modernização da indústria.	foi citada na CPI da venda de terras a estrangeiros.
MADESA-Indústria Madeireira de Santana S.A.	Macapá-AP	DET Ostasiastiske Kompagnie A.S.	Dinamarca	Cr\$ 5.097.560 (1974)	-	-	
Maracauera Florestal S.A.	Belém-PA	Eidai Co. Ltd.	Japão	?	-	-	
Superfine Madeiras S.A.	Macapá-AP	Toyo Menka	Japão	Cr\$10.000.000	-	SUDAM-45% dos recursos para im - plantação	
Tinove S.A. Indústria e Comércio de Madeiras	Manaus-AM	Starko	Suiça	Cr\$ 5.000.000 (s/data)	69% de Dario Traçni	SUDAM- isenção do imposto de renda	

FONTE: GARRIDO FILHA, Irene. Projeto Jari e os Capitais Estrangeiros na Amazônia. São Paulo, Vozes, 1980.

do para outros países. No ano de 1981, as estatísticas do Banco do Brasil revelam que a exportação de madeira não conífera, no Brasil, fora da ordem 541.850 toneladas. Dessa produção a Amazônia, de acordo com estas estatísticas, contribuiu com 267.312 toneladas, correspondendo a 49,3% de toda a produção exportada (Quadro II). Entretanto, esses dados, apesar de significativos, não revelam a situação real da exportação de madeiras da Amazônia, pois grande parte como já frisamos anteriormente, é exportada inter-estados brasileiros. Dado a falta de controles mais eficientes a exportação de madeiras feita pelos estados Amazônicos pode estar subestimada.

#### QUADRO II

##### BRASIL EXPORTAÇÃO DE MADEIRA

1981

REPO	t	%
BRASIL		
BRASIL	541.850	100
REGIÃO NORTE	267.312	49,3
OUTRAS REGIÕES	274.538	50,7

FONTE: Dados Brutos CACEX - Banco do Brasil Exportação 1981  
p. 44,45, 254-258.

### 3. EXTRATIVISMO MINERAL

Atualmente, a Amazônia, configura-se como a mais importante província mineral brasileira, principalmente após a descoberta da Serra dos Carajás, como sendo o maior depósito ferífero do mundo. Hoje, no que se refere à mineração, as atenções do Estado estão basicamente voltadas para a exploração mineral amazônica, no que concerne à criação de infraestrutura básica para a exploração dos minerais existentes nesta região.

A história da exploração mineral é recente e se inicia com a exploração do manganês no Amapá e da cassiterita em Rondônia, na década de 50. Além da produção de manganês e cassiterita, atualmente existe na Amazônia produção considerável de bauxita e caulim. A exploração de manganês no Território Federal do Amapá data de 1956, apesar das pesquisas geológicas da região terem-se iniciado 10 anos antes. A exploração do manganês da Serra do Navio está a cargo da Indústria e Comércio de Minério S/A- ICOMI - associação do grupo CAEMI e Bethlehem Steel.

De acordo com o geólogo Breno Augusto dos Santos<sup>22</sup>, as reservas de manganês do Amapá destinam-se basicamente à exportação, sendo este território o maior produtor de manganês do Brasil, com uma participação de 73% da produção nacional do minério.<sup>23</sup>

Inicialmente o manganês era totalmente exportado bruto, sem nenhum beneficiamento feito no Brasil. Atualmente existe uma usina de pelotização para o aproveitamento do minério de baixo teor. Entretanto, a usina de pelotização beneficia muito pouco do manganês que é produzido e exportado. Segundo as esta

(22) SANTOS, Breno Augusto dos. *Amazônia: Potencial Mineral e Perspectivas de Desenvolvimento*. São Paulo. T.A. Queiroz Editor. 1981, p.89.

(23) D N P M. *Sumário Mineral Brasileiro*. Brasília, 1981, p.56.

ísticas de exportação do Banco do Brasil, o manganês é responsável por 76,15% do total das exportações do Território. Desse total (938.719 t), apenas 142.037 t, cerca de (13,13%) recebem beneficiamento, sendo o restante totalmente exportado bruto.<sup>24</sup>

Apesar da significativa exportação do minério de manganês, o Brasil importou somente no ano de 1980, 28,5 mil toneladas do minério, provenientes do Gabão e da República Sul Africana<sup>25</sup> para o atendimento das exigências do mercado interno. As alegações dos técnicos do DNPM - trabalho anteriormente citado - é que essa exportação deve-se ao esgotamento e mesmo à pouca produção das jazidas do sul do país, local consumidor do minério, e da localização geográfica dos depósitos manganésíferos da Serra do Navio no Território Federal do Amapá.

A tendência da produção de manganês do Brasil é de um aumento significativo, quando as reservas do minério do Projeto Grande Carajás entrarem em funcionamento e exploração. A região do Grande Carajás, com uma reserva potencial de cerca de 60 milhões de toneladas (Quadro III), prevê uma produção inicial de 1,2 milhões de toneladas anuais de minério e 350 mil toneladas anuais de ferro-liga de manganês.<sup>26</sup>

A quase totalidade da produção de estanho no Brasil provém da província estanífera de Rondônia, que responde atualmente por cerca de 85% da produção nacional total e por 97% da lavra mecanizada. A exportação de estanho no Brasil não é muito significativa. No ano de 1980 a exportação brasileira foi cerca de 3.800 toneladas de minérios sob a forma de metal e manufaturados.<sup>27</sup>

As reservas de cassiterita conhecidas no Brasil são

---

(24) BANCO DO BRASIL. *Brasil Exportação 1981*. Cacex. Brasília, p.258.

(25) DNPM. *Sumário Mineral Brasileiro*. Op.cit., p.57.

(26) Idem, op.cit., p.57.

(27) Idem, op.cit., p.39.

## QUADRO III

AMAZÔNIA POTENCIAL MINERAL DA REGIÃO  
DOS CARAJÁS

M I N É R I O	POTENCIAL/RESERVA (t)
. Ferro	17.885.000.000
. Manganês	60.000.000
. Cobre	1.000.000.000
. Alumínio	40.000.000
. Níquel	124.000.000
. Estanho	100.000
. Ouro	100
. Chumbo - Zinco - Cobre	?
. Zinco	?
. Prata	?
. Cromo	?
. Amionto	?
. Material Carbonoso	?

OBS.: As interrogações significam que o minério existe mas ainda não foi dimensionado seu volume.

FONTE: SANTOS, Breno Augusto dos. *Amazônia Potencial Mineral e Perspectiva de Desenvolvimento*. T.A. Queiroz Editores, Ed. da Universidade de São Paulo, 1981. p.214 e 215.

da ordem de 100 mil toneladas<sup>28</sup>, ficando a maior parte dessas reservas em Rondônia, local para onde estão sendo voltadas as principais atenções no sentido do aumento da produção desse minério.

A produção brasileira de caulim, girou em torno de 410 mil toneladas, ano de 1980. A Amazônia foi responsável por 41,3%<sup>29</sup> da produção nacional, através da CADAM - Caulim da Amazônia Ltda, do Grupo Ludwig - explorando esse minério no Território Federal do Amapá. A maior parte da produção de caulim da Amazônia foi destinada ao mercado externo, principalmente para os países da Europa ocidental, que importaram 146 mil toneladas do minério extraído na Amazônia no ano de 1980.<sup>30</sup>

Sua utilização destaca-se principalmente na fabricação de cerâmica e para o branqueamento de celulose na fabricação de papel. No caso da CADAM, parte do caulim extraído no Território Federal do Amapá é utilizado na usina de fabricação de papel e celulose da Jari Florestal e Agropecuária, pertencente ao mesmo grupo.

No que respeita à produção brasileira de alumínio, até 1978 o Centro-Sul era responsável por 100% da produção desse minério. Em 1980, aquela região respondeu por apenas 39% da produção brasileira de alumínio<sup>31</sup>. Essa mudança se dá em função da produção amazônica desse metal, principalmente o projeto Trombetas que em 1980 atingiu uma produção de 2.872 mil toneladas, que corresponde a 61% da produção brasileira de alumínio daquele ano.<sup>32</sup>

A Amazônia possui reservas de bauxita da ordem de 4

(28) DNPM. *Sumário Mineral Brasileiro*. Op.cit., p.38.

(29) Idem, op.cit., p.24.

(30) Idem, op.cit., p.25.

(31) Idem, op.cit., p.12.

(32) Idem, op.cit., p.12.

bilhões de toneladas<sup>33</sup> que serão exploradas principalmente por grupos multinacionais, mormente o cartel do alumínio formado pela ALCOA, ALCAN, KAISER, REYNOLDS, PÉCHINEY e ALUNSUISSE.

Como se pode notar a produção brasileira de alumínio de um modo geral e da Amazônia em particular é incipiente se consideramos o potencial desse minério existente no país e principalmente na Amazônia. Entretanto, com o início do funcionamento do Grande Carajás apesar de grande parte das reservas brasileiras de alumínio não se encontrarem no perímetro desse projeto, serão beneficiadas com a infraestrutura necessária à exploração desse minério.

A produção de minerais na Amazônia é muito pequena quando relacionamos com suas potencialidades. Entretanto, essa produção, apesar de pequena relativamente, é significativa. Toda exploração mineral aqui relacionada conta com o apoio do Estado no sentido da implantação e viabilização desses projetos. (Quadro IV)

Para que se possa explorar o alumínio, o principal custo é sem dúvida o de consumo de energia elétrica. Nesse sentido o preço e quantidade de energia existente nos locais de produção e processamento são de fundamental importância para o andamento dos projetos industriais do alumínio, que consomem grande quantidade de energia na transformação da bauxita em alumina e desta em alumínio<sup>34</sup>. Assim, como ainda existe deficiência de energia, tanto quantitativamente quanto em relação ao preço na região, a maior parte da bauxita produzida no projeto Trombetas é exportada bruta, sendo seu beneficiamento feito no exterior.

(33) SANTOS, Breno Augusto dos. Op.cit., p.99.

(34) Para transformação de 4,6 toneladas de bauxita em alumina são necessários 600 quilowatts hora de energia e para a transformação da alumina em metal são necessários 16.400 quilowatts hora por tonelada. Consultar neste sentido, principalmente Marcos Dantas - *A Questão do Alumínio: O Futuro e o Presente da Indústria do Alumínio*. Rio de Janeiro, 1980, mimeo, principalmente o capítulo sobre energia.

QUADRO IV

QUADRO SINÓTICO DA PARTICIPAÇÃO DOS CAPITAIS ESTRANGEIROS NA AMAZÔNIA - SETOR DE MINERAÇÃO

MINÉRIO	RESERVA ESTIMADA (t)	LOCALIZAÇÃO	EMPRESA	NACIONALIDADE	CAPITAL	PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL NACIONAL	INCENTIVOS FISCAIS	OBSERVAÇÕES
Manganês	15 m	Serra do Navio-AP	Bethlehen Steel Co	E.U.A.	Cr\$200 M(1971)	51% Grupo Azevedo Antunes	SUDAM-Isenção do imposto de importação -Isenção do imposto de renda -Recursos para implantação da usina de pelotização.	
Cassiterita	55 m	Rondônia	BRASCAN Patiño N.V. Grupo Itaú	Canadá Holanda	?	?	?	As informações são imprecisas
Ferro	18 B	Serra dos Carajás-PA	United States Steel&CVRD	E.U.A. BR	Cr\$21 M(s/data)	51% CVRD	?	Em fase de implantação
Bauxita	1,7B	Vale do Trombetas-PA	Light Smelters Metal Association & CVRD	Japão BR	US\$17,5 M(1975)	51% CVRD	?	O projeto anterior CVRD&ALCAN tinha incentivo da SUDAM para este projeto, não obteve ainda incentivos fiscais.
		Vale do Jari-PA	National Bulk Carriers	E.U.A.	?	-	-	
Caulim	45 M	Vale do Jari-PA	National Bulk Carriers	E.U.A.	?		SUDAM-Isenção do Imposto de Renda -Isenção do imposto de importação	

FONTE: GARRIDO FILHA, Irene. *Projeto Jari e os Capitais Estrangeiros na Amazônia*. São Paulo, Vozes, 1980.

Contudo, com o funcionamento da Hidrelétrica de Tucuruí, que viabilizará o Projeto Grande Carajás, certamente o capital internacional que explora o alumínio amazônico, será beneficiado mesmo que não se encontre nos limites desse projeto.

As colocações feitas até agora no sentido da produção mineral da Amazônia são somente para que se tenha uma idéia do que existe hoje e o que teremos futuramente. Como já foi reportado anteriormente, muito em breve estará funcionando a maior província mineral do país, isto é, será iniciada a exploração mineral da Região do Grande Carajás.

Quando se juntar a produção desse projeto à produção amazônica que se localiza fora dele, a região será certamente a que apresentará maior produção mineral do país. Isso de acordo com a ideologia do Estado será a redenção do Brasil no que respeita ao pagamento da dívida externa e o conseqüente desenvolvimento da região. Esse projeto é, sem dúvida, o que conta atualmente com maior apoio do Estado, para sua implantação e funcionamento.

O Programa Grande Carajás, como é conhecido na atualidade teve como origem o Projeto de Ferro da Serra dos Carajás, em fase de execução pela Companhia Vale do Rio Doce, através do Distrito Amazônia, visando a extração de minério de ferro na região sul do Estado do Pará.<sup>35</sup>

O Programa Grande Carajás é fantástico em potencialidade. Suas reservas ainda não foram dimensionadas em sua totalidade até hoje. De acordo com Guerreiro, a grande verdade nacional é que atualmente ainda não se conhecem nem 20% do potencial mineral da região dos Carajás.<sup>36</sup>

---

(35) Consultar a esse respeito Breno Augusto dos Santos, op.cit. e Maria Clara do Couto Soares. *Projeto Carajás: Origens e Desenvolvimento*. Versão Preliminar. Brasília, 1981, mimeo.

(36) GUERREIRO, Manoel Gabriel. (Depoimento): *Simpósio Alternativas para Carajás*. Brasília, 1981, p.60.

Apesar do pouco que se conhece, já foram feitas descobertas que colocam o Brasil em posição privilegiada no que respeita às reservas minerais existentes no mundo (Quadro III). "As reservas minerais abrangidas pela área do Programa Grande Carajás são consideradas hoje como a principal e uma das grandes anomalias da terra. Apesar de ser ainda considerado baixo o conhecimento geológico dessa vasta província, sabe-se hoje que lá concentram-se as maiores reservas de ferro de alto teor do mundo; as maiores reservas brasileiras de alumínio (colocando o país no terceiro lugar entre os países detentores de reservas de bauxita, com 15% do total mundial) e de cobre (cujo consumo, sob a forma de metal primário é satisfeito inteiramente através de importação); a segunda maior reserva de manganês do país, e, ainda importantes reservas de ouro, níquel e estanho"<sup>37</sup>, além de outros minerais que serão identificadas suas potencialidades a partir de pesquisas geológicas feitas na região. Ver a esse respeito o quadro III.

Vários são os estudos que tratam das potencialidades existentes na região dos Carajás, e sem nenhuma exceção o tratam como sendo algo incalculável<sup>38</sup>. Neste sentido não trataremos aqui minuciosamente da história nem do potencial dessa região em termos técnicos, tendo em vista que uma rápida visão do conjunto desse potencial nos dará subsídios para o estudo.

Tenta-se mostrar, a seguir, qual a tendência do desen

(37) PROGRAMA GRANDE CARAJÁS. Grupo de Trabalho sobre Carajás. SBPC-Regional. Rio de Janeiro. Versão Preliminar, mimeo. p.3.

(38) Ver neste sentido: Maria Clara do Couto Soares. *Projeto Carajás: Origens e Desenvolvimento*, Brasília, 1981, mimeo/*Projeto Carajás um Projeto Nacional de Exportação*. SBPC, Salvador, 1981, mimeo/*Carajás Alternativas para um Desenvolvimento Nacional*. IENEGE. Belo Horizonte, 1981, mimeo; Manoel Gabriel Guerreiro. *A Exploração Mineral na Amazônia e suas Relações da Fronteira Agrícola e o Meio Ambiente*. Brasília, 1981, mimeo; Hélio Black. *Carajás: Implicações Econômicas e Políticas*. Rio Claro, 1981, mimeo.

volvimento da exploração e comercialização das riquezas minerais do Grande Carajás, após os estudos de viabilidade executadas pelo Estado e Companhia Vale do Rio Doce.

Os principais projetos que se encontram em fase de implantação de acordo com estudos realizados pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - Secção Rio de Janeiro, sobre o programa Grande Carajás são os seguintes<sup>39</sup>:

- I - Mineração Rio do Norte (46% CVRD + 24% ALCAN + 10 CBA - Grupo Hermínio de Moraes + 10% Mineração Rio Xingú - Grupo SHELL + 5% Reynolds Alumínio do Brasil + 5% Norsk Hydro do Brasil) - objetivando a exportação de 3,4 milhões de toneladas/ano de bauxita<sup>40</sup>;
- II - Ferro Carajás (100% CVRD) visando a produção de 35 milhões de toneladas/ano de minério de ferro para exportação sob a forma primária de ferro-gusa;
- III - ALUNORTE (60,8% CVRD + 39,2% NIPPON AMAZON ALUMINIUM CO NAAC), objetivando a produção de 800 mil toneladas/ano de alumina, das quais 160 mil toneladas/ano serão vendidas a VALESUL (51% CVRD + 44% Shell do Brasil + 5% Reynolds International) e 640 mil toneladas/ano destinadas à ALBRAS;
- IV - ALBRAS (51% CVRD + 49% NAAC) visando a produção de 320 mil toneladas/ano de alumínio;

---

(39) Esses projetos também são referidos por Maria Clara do Couto Soares em *Projeto Carajás: Origens e Desenvolvimento*. Brasília, 1981, mimeo.

(40) "Embora situado geograficamente fora da área de abrangência do Programa Grande Carajás, o projeto de Mineração Rio do Norte figura entre os grandes projetos minero-metalúrgicos da Amazônia Oriental arrolados no Plano Preliminar de Desenvolvimento da Vale do Rio Doce". Ver segunda nota da página 5 do Grupo de Trabalho Sobre Carajás. SBPC - Rio de Janeiro, op.cit. O projeto de Mineração Rio do Norte é o único que se encontra em funcionamento.

V - ALCOA, objetivando a produção de 2 milhões de toneladas /ano de alumina, sendo 1,2 milhões para exportação e 800 mil toneladas para a produção de 400 mil toneladas de alumínio.

Existe, ainda, definido outro projeto de 12 milhões de toneladas/ano de bauxita, sendo 4 milhões de toneladas para exportação e 8 milhões para a produção de alumina, a cargo da Mineração Vera Cruz (64% Rio Tinto ZINC + 36% CVRD) empresa fundada em 1977, que até hoje não teve sua implantação iniciada.

Como se pode notar, todos os projetos que se encontram em fase de implantação, à exceção do projeto de Ferro Carajás, a cargo da Estatal Vale do Rio Doce, contam com a participação maciça do capital monopolista internacional, que tomará parte certamente dos demais projetos que, segundo os relatórios da Vale já estão dimensionados para a produção de cobre/ouro, bauxita/alumina/alumínio, ferro/níquel, ferro/liga de manganês, gusa, ferro esponja, semi acabados de aço, concentrado de estanho e silício metálico, etc.<sup>41</sup>

Para execução desses projetos será necessária uma infraestrutura gigantesca, fundamental para sua viabilidade econômica. Neste sentido, já existe um orçamento preliminar feito pela Cia. Vale do Rio Doce, no que respeita à infraestrutura de apoio desses projetos. O custo total orçado dos projetos é de 61,7 bilhões de dólares, ficando para a parte de infra-estrutura (portos, rodovias, ferrovias, energia, núcleos urbanos, etc.) 22,5 bilhões de dólares assim distribuídos: segmento minero-metalúrgico 6,8 bilhões; agricultura, pecuária e reflorestamento 13,3 bilhões e no ítem Outros, 2,4 bilhões de dólares. No que respeita aos investimentos diretos a soma atinge a cifra de 39,2 bilhões

---

(41) Segundo as informações do Grupo de Trabalho sobre Carajás da equipe SBPC Rio de Janeiro, o único projeto que terá participação do capital estatal integralmente é o Projeto de Ferro Carajás.

de dólares distribuídos em minero-metalurgia 28,1 bilhões, agricultura 8,1 bilhões, pecuária 1,7 bilhões e reflorestamento 1,3 bilhões de dólares (Quadro V).

De acordo com os dados apresentados, os projetos de apoio à agricultura, pecuária e reflorestamento, levam uma pequena parte do total de investimentos no projeto. Vale ressaltar que todos os investimentos de infraestrutura correrão por conta do Estado.

Tanto os custos de infraestrutura como os investimentos diretos do programa (61,7 bilhões de dólares no total) pouco menos que nossa atual dívida externa, terão de ser custeados com recursos oriundos do exterior, tendo em vista que a poupança interna não tem suporte para financiar tal empreendimento e principalmente pelos interesses do capital monopolista internacional no sentido do controle dos mercados e também no controle da produção de matérias-primas.

Quando estamos nos reportando ao projeto Grande Carajás, torna-se impossível fazê-lo sem voltarmos nosso pensamento para o papel que está sendo desempenhado pelo Estado para sua consecução. Este desempenha papel fundamental no sentido do desenvolvimento e consolidação de projetos como esse, através de seu aparato e de suas estreitas ligações com o desenvolvimento do capitalismo em escala internacional.

O papel que o Estado nacional representa nesse projeto, da forma como vem sendo visto atualmente, diz respeito fundamentalmente à grande crise por que passa a economia brasileira em particular e à economia internacional de um modo geral. Neste sentido, tendo em vista o grande endividamento externo da economia brasileira na atualidade é que o Estado cria a expectativa de favorecimento da balança comercial brasileira e mesmo a possibilidade de equilíbrio do Balanço de Pagamentos, tendo-se assim a perspectiva do pagamento da nossa tão fabulosa e comentada dívi

## QUADRO V

## PROGRAMA GRANDE CARAJÁS

## NÉCESSIDADES DE INVESTIMENTO PARA EXPLORAÇÃO

SETOR	VALOR EM BILHÕES DE DÓLARES	
INFRAESTRUTURA		22,5
. Mínero-Metalúrgica	6,8	
. Agricultura, Pecuária e Reflorestamento	13,3	
. Outros	2,4	
INVESTIMENTOS DIRETOS		39,2
. Mínero-Metalúrgico	28,1	
. Agricultura	8,1	
. Pecuária	1,7	
. Reflorestamento	1,3	
TOTAL		61,7

FONTE: Cia. Vale do Rio Doce, "Amazônia Oriental", "Plano Preliminar de Desenvolvimento", abril de 1981, volume I p.10 , retirado de Programa Grande Carajás - SBPC Regional - Rio de Janeiro, janeiro de 1982.

da externa.

Entretanto, para execução do empreendimento existe u ma série de condicionantes, que tudo indica não apresentam as mesmas facilidades vislumbradas pelo Estado. Assim, podem-se le var em consideração a esse respeito algumas questões que se colo cam como fundamentais.

Em primeiro lugar, todo o custo de infraestrutura cor rerá por conta do Governo Brasileiro e esses empreendimentos de vultosas somas serão feitos com o apoio do capital externo. Os investimentos diretos no projeto também terão como fonte dos fi nanciamentos e investimentos as reservas de dólares do capital financeiro internacional, o que num curto espaço de tempo torna rá o endividamento externo ainda maior, crescendo neste caso tanto os serviços, amortizações, etc., da dívida anterior e da dí vida que está sendo e que será criada com a implantação do pro grama.

No caso da energia, onde todo o empreendimento corre rá por conta do Estado, este ainda subsidiará a energia consumida na produção de alumínio e em outras atividades, favorecendo as sim o crescimento da taxa de lucro dos investimentos, além de in centivos fiscais e de crédito que serão dados indiscriminadamen te para viabilização dos grandes projetos de exploração mineral.

Apesar do projeto Grande Carajás contar em sua progra mação com o beneficiamento de parte dos minérios, isso não signi fica que o parque industrial aumentará significativamente, pois a maior parte dos minerais explorados serão exportados in natura e a parte beneficiada, em pouquíssimos casos, chegará ao produto fi nal no parque industrial brasileiro. Será beneficiado, grosso modo, só para facilitar a exportação, (bauxita/alumina) tendo em vista que esse tipo de beneficiamento facilitará o transporte, inclusive reduzindo seus custos. Assim, o projeto está voltado basicamente para exportação, e não reduzirá os laços de dependên cia da economia brasileira em relação à economia internacional.

Outro fator relevante no programa que tem fundamental importância é o crescente processo de desestatização da produção mineral brasileira. No caso dos Carajás o único projeto que será inteiramente estatal será o da Cia. Vale do Rio Doce, que explorará o minério de ferro da Serra dos Carajás, cujo produto será quase que totalmente exportado em forma de minério, sem nenhum beneficiamento.

Assim a sociedade brasileira pagará os custos para que, principalmente o capital monopolista internacional, leve a maior parte dos benefícios sem incorrer praticamente em nenhum risco, tendo em vista que receberá todas as garantias para que altas taxas de retorno lhes sejam asseguradas. Dessa forma o Estado passa a ter simplesmente o papel de criador das condições necessárias para implantação de projetos de alto custo, através da criação de infra-estrutura, incentivos etc., sem que com isso tenha em vista qualquer possibilidade de retorno, para melhoria das condições de vida da sociedade brasileira de um modo geral e da Amazônia de um modo particular.

Outro fator fundamental que deve ser estudado com muito rigor é a questão da tecnologia que será utilizada na exploração mineral dos Carajás. Deve-se entender portanto o papel desempenhado pela ciência e pela tecnologia no desenvolvimento do capitalismo em escala internacional e o que esse controle acarreta às economias subdesenvolvidas como é o caso da economia brasileira.

O Brasil, através do processo de industrialização, deixa de importar determinadas mercadorias que antes eram fabricadas no exterior. Entretanto essa industrialização, feita do ponto de vista tecnológico em bases não totalmente sólidas, exige a importação dessa tecnologia para o desenvolvimento de nosso parque industrial. A importação dessa tecnologia é feita basicamente através de investimentos diretos no setor, por parte de empresas de categoria internacional ou através de empréstimos e financia-

mentos para cobrir essas deficiências, aumentando assim os laços e aprofundando o caráter de dependência da economia brasileira.

Segundo Helena Lastres, esse processo "incorreu na alteração das relações com o exterior, tornando-se estas mais profundas e complexas. Coloca-se a questão tecnológica não como questão determinante neste processo, mas como aspecto fundamental, que assume papéis variados, desde o de representar uma das consequências do padrão de desenvolvimento adotado no país, até o de constituir-se, por si mesma num agente de reprodução do caráter de dependência, enquanto reproduz aqui processos produtivos desenvolvidos alienigenamente e com isto traz embutidas novas necessidades que em última instância, levam a ampliação da dependência com o exterior. Além das imposições relativas a financiamento, criam-se exigências de importação de máquinas, implementos, matérias-primas e mesmo recursos humanos especializados"<sup>42</sup>.

A exploração de Carajás não fugirá efetivamente desse tipo de solução, adotadas até agora, do desenvolvimento do capitalismo em escala internacional e que encontra, no Brasil, respaldo para suas articulações. "O setor mineral brasileiro apresenta até hoje, débito na balança comercial, mesmo excluindo petróleo e gás (superior a 7,0 bilhões de dólares no período de 74/79). O Balanço de Pagamentos é então mais que deficitário, tendo em vista os altos dispêndios em remessa de juros, dividendos e a título de tecnologia (cerca de 5 bilhões de dólares, no período 74/79)".<sup>43</sup> Isso, apesar dos investimentos acumulados no setor terem passado de 17,5 milhões de dólares para cerca de 400 milhões no período de 1965 a 1980.<sup>44</sup>

(42) LASTRES, Helena. (Depoimento). *Simpósio Alternativas para o Carajás*. Brasília, 1981.

(43) SOARES, Maria Clara do Couto. *Carajás Alternativas para um Desenvolvimento Nacional*. IENEGE. Belo Horizonte, 1981, *meo*, p.4.

(44) Idem, *op.cit.*

Apesar das matérias-primas produzidas atualmente e as que virão a ser produzidas na Amazônia encontrarem as mais diversas formas para sua utilização (indústria automobilística, móveis, construção civil, indústria pesada, etc.) essa produção tem como finalidade principal o atendimento dos interesses do capital monopolista internacional, esteja ele ou não instalado na Amazônia.

CAPÍTULO IV  
A AMAZÔNIA E A ECONOMIA NACIONAL

O entendimento da economia brasileira não pode ser veiculado sem se entender todo o processo de reprodução do capital em escala internacional. "A investigação do processo de reprodução do capital em qualquer país, deve, necessariamente, partir de uma interpretação clara da situação que vive o sistema imperialista, assim como da posição que este país ocupa na cadeia mundial desse sistema. É impossível entender o que está ocorrendo em qualquer país se se esquece a questão do imperialismo".<sup>1</sup>

Entretanto, dado o grau de abrangência desse trabalho, não se pretende fazer uma análise exaustiva da questão do imperialismo. Porém é de fundamental importância entender como a crise imperialista nos anos 70 repercute nas economias dependentes, sendo este o caso da economia brasileira. Assim sendo, intenta-se entender como nossa economia está inserida no processo geral de acumulação capitalista, nos anos 70, e qual o papel que é desempenhado por economias semelhantes a nossa.

Souza afirma que "um aspecto determinante da crise estrutural que vive hoje o sistema imperialista tem sido a sistemática queda da taxa geral de lucros nos principais centros imperialistas, o que tem resultado na formação de capitais excedentes nestes centros. Estes capitais excedentes, sob várias formas, têm demandado progressivamente outras economias em busca de aplicações mais rentáveis para assim poder fazer oposição à crise de valorização nas metrópolis".<sup>2</sup>

A tentativa do capital imperialista em exportar os capitais excedentes e suas mercadorias tem como tendência uma nova redivisão do mercado mundial, segundo o poder econômico de cada

---

(1) SOUZA, Nilson Araújo de. *Crisis y Lucha de Classes en Brasil. 1974-1979*. Tese apresentada para obtenção do grau de doutor em Economia na UNAM. México, 1980, mimeo., p.147.

(2) Idem, op.cit., p.188.

uma dessas potências imperialistas.

Após a segunda guerra o país que mais exportava capitais excedentes eram os Estados Unidos. Esses capitais eram dirigidos principalmente para Europa e Canadá. Com a crise de valorização do capital no conjunto do imperialismo existe uma mudança no direcionamento da inversão desses capitais, isto é, deixam de ser aplicados em economias desenvolvidas e passam a ser investidos em economias subdesenvolvidas.<sup>3</sup>

Até a década de cinquenta as inversões feitas nos países atrasados eram basicamente nos setores produtores de matérias-primas, comércio e em serviços públicos. A partir dessa década essas inversões passam para setores de bens de consumo para o mercado interno e em seguida passam para setores de ponta da economia, visando abastecer tanto o mercado interno como o mercado mundial. Quando as metrópoles passam a investir nas economias atrasadas visando inclusive o mercado exterior, o fazem com tecnologias avançadas, alcançando alta produtividade do trabalho. Tendo, as economias dependentes, salários mais baixos em relação às economias já desenvolvidas, esses investimentos poderiam alcançar maiores taxas de lucro que nas metrópoles. Esses investimentos têm também a seu favor as matérias-primas baratas, tendo em vista que estas são normalmente retiradas nos próprios locais da inversão. Juntando-se isto aos salários mais baixos a taxa de lucros pode crescer consideravelmente. Além disso certos governos nativos proporcionam uma série de vantagens para a produção de mercadorias para exportação através de incentivos visando o aumento das exportações e assim modificar o resultado do balanço de pagamentos desses países.<sup>4</sup>

(3) Os empréstimos feitos no Mercado de Euromoeida pelos países desenvolvidos cresceram a uma taxa média anual de 6% entre 1973 e 1977, a taxa correspondente aos países dependentes era de 16%. A taxa anual de crescimento dos E.U.A. na Europa baixa de uma média de 17% entre 1959/66 para 12% entre 1966/72 (Souza, Nilson Araújo de. Op.ci., p.199, principalmente nota 98).

(4) Ver a esse respeito Nilson Araújo de Souza, op.cit., p.190 e seguintes.

Após a segunda Grande Guerra, países como Alemanha Ocidental e Japão, que foram arrasados durante a mesma, começam a desenvolver-se tornando-se mais tarde potências que passariam a concorrer e a colocar em risco a hegemonia norte-americana, aprofundando-se assim os conflitos inter-imperialistas através da exportação de capital e mercadorias para os países subdesenvolvidos.<sup>5</sup>

Os capitais imperialistas passam a penetrar nos países subdesenvolvidos tanto na forma de inversões diretas e empréstimos como com a venda de alta tecnologia. Por um lado isso garantia os mercados e a produção interna nesses países e não somente a venda pura e simples de mercadorias produzidas anteriormente nas metrópoles, para os países que antes figuravam somente como importadores dessas mercadorias, com isso proporcionando maiores taxas de lucro.<sup>6</sup>

A venda de tecnologia pelos países imperialistas aos países atrasados além de aguçar a concorrência inter-imperialista, cria a possibilidade de se desenvolver o setor de produtor de meios de produção dos países atrasados. Isto seria contraditório com os interesses do imperialismo, tendo em vista que o desenvolvimento do setor I nos países atrasados diminuiria suas exportações dos produtos desse setor a esses países. Entretanto, o capital internacional procura resolver essa contradição investindo diretamente na produção de meios de produção nos países atrasados.

(5) Ver Nilson Araujo de Souza. Op.cit., cap.III e Vania Bambirra. *El Capitalismo Dependiente Latino Americano*. 3ª edição. Siglo Veintiuno. Para o caso brasileiro consultar especialmente Cezar Augusto Busatto. *La Crisis del Imperialismo y sus Consecuencias sobre la Reproduccion del Capital y la Insercion Mundial de la Economia Brasileira*. Dissertação de Mestrado, UNAM, México, 1979, mimeo., p.89.

(6) "Tanto pelos salários baixos como pelas matérias-primas baratas, o capital imperialista pode produzir nos países atrasados, o mesmo produto que antes exportava, só que agora obtendo uma taxa de lucro mais elevada" (Souza, Nilson Araujo de. Op.cit., p.194).

Porém devem existir algumas condições para que o capital internacional se interesse pela produção de bens do setor I nos países subdesenvolvidos. Dentre essas condições estão: o mercado interno de meios de produção relativamente amplo e a base técnica necessária e adequada a instalação de novos ramos de produção, além desses países serem possuidores das matérias-primas necessárias à produção desses bens facilitando com isso o aumento da taxa de lucro em relação a taxa que esses mesmos capitais obtinham nas metrôpoles.<sup>7</sup>

Outra forma dos países imperialistas investirem nos países dependentes é na produção direta - de matérias-primas, passando a dominar o mercado tanto internamente como externamente, aumentando assim a taxa de lucro e o grau de acumulação pela transferência do excedente para as metrôpoles, tendo em vista que as potências imperialistas importam uma parcela muito significativa das matérias-primas que consomem. Por outro lado tem a redução do preço dessas matérias-primas já que são produzidas nos países dependentes pelos capitais excedentes nas metrôpoles.

Assim o decréscimo da taxa de lucro nos países centrais levam esses países a aplicarem seus capitais excedentes nos países subdesenvolvidos. Essa aplicação pode dar-se: no setor de bens de produção, na produção de manufaturados para o consumo interno e exportação ou para a produção direta de matérias-primas. O que determinará qual o setor que será privilegiado pelo capital internacional será o grau de desenvolvimento das forças produtivas de cada país que receberá o investimento, como já frisamos anteriormente.

A crise estrutural por que passa o capitalismo mundial na década de 70 força a intensificação da exportação de capital para os países dependentes. Neste sentido Nilson Araújo de Souza assegura que isto "tem dado como resultado que os países dependentes passaram a crescer mais rapidamente que os países de

---

(7) Ver nota anterior.

desenvolvidos, porém simultaneamente tem aumentado seu grau de integração na economia mundial. O aprofundamento dessa integração tende a aumentar a vulnerabilidade das economias dos países dependentes, ou seja, de maneira crescente elas se subordinam as oscilações da economia mundial imperialista. Se o desenvolvimento da crise estrutural imperialista tem contribuído a manutenção de um bom nível de desenvolvimento capitalista nos países dependentes, o aprofundamento dessa crise, tem o poder de modificar essa situação".<sup>8</sup>

Neste sentido o aprofundamento da crise imperialista muda suas relações com os países dependentes. Se a crise estrutural promove e força a exportação de capital para os países dependentes, criando condições para manter determinado nível de acumulação de capital nestes países, a transformação da crise estrutural em recessão econômica atuará de maneira inversa em relação às economias dependentes isto é, os centros imperialistas para sobreviverem à recessão econômica passam a atuar no sentido de remuneração de seus capitais através da remessa de lucros e outras formas de remuneração desses capitais.

Agora que já se possui uma rápida visão da relação entre o imperialismo e as economias dependentes de um modo geral, procurar-se-á ter um entendimento mais aprofundado da economia brasileira em particular, no sentido das consequências de seu relacionamento com a economia mundial imperialista.

A economia brasileira apresenta-se de forma diferenciada de boa parte das economias dependentes, dado o grau de desenvolvimento de suas forças produtivas. Estão incluídas também neste grupo as economias mexicana, argentina, etc. Este fato é de fundamental importância no que concerne à determinação da forma de penetração do imperialismo no interior dessas economias, como já se referiu anteriormente. Isto é, o desenvolvimento das forças produtivas irá indicar o campo e a forma de atuação do ca

(8) SOUZA, Nilson Araújo de. Op.cit., p.197/198.

pital internacional.

Durante este século, a economia brasileira, passa por fases distintas em seu desenvolvimento. O ano de 1930 marca um ponto fundamental nesse desenvolvimento, pois é por essa época que a economia agrário-exportadora passa a perder espaço para a produção industrial, apesar da indústria somente em 1956 conseguir maior participação na renda interna que a agricultura<sup>9</sup>. Mostrar-se-á a seguir como se processa essa industrialização que culminará com o "milagre brasileiro", e que trará sérias consequências para a economia na atualidade.

Até início dos anos 50 o processo de industrialização no Brasil, tinha como base fundamental a produção de bens de consumo não duráveis. Esse processo de industrialização começa a requerer progressivamente o aumento dos meios de produção que a economia brasileira não possuía internamente e que tinham dificultadas suas importações. Esse fato dá margem para que se tenha um aumento, embora pequeno, do setor produtor de meios de produção, que tinha sua base inicial na produção de matérias-primas e insumos básicos<sup>10</sup>, sendo este setor fundamentalmente apoiado pelo Estado.

É somente a partir da segunda metade dos anos 50 que se faz sentir o processo acelerado de industrialização, forçado pelo governo de Juscelino Kubitschek, que tinha como meta o crescimento da economia: "cinquenta anos em cinco".

É a partir daí que o capital internacional passa a ter grande importância e assumir a liderança da economia do país.

---

(9) Neste sentido consultar principalmente Oliveira, Francisco de. *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*. 4.<sup>a</sup> edição, Petrópolis, Vozes/CEBRAP, 1981 e Furtado, Celso. *Análise do 'Modelo' Brasileiro*. 7.<sup>a</sup> edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

(10) Consultar a esse respeito, Oliveira, Francisco de. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro, Editora Graal, 1977.

A forma de assumir a liderança da economia do país, pelo capital internacional, se dá principalmente através de investimentos diretos e também pela via do envidivamento externo. A exemplo das inversões diretas, há nesse período, principalmente, o caso da indústria automobilística, que passa a ser juntamente com o restante da indústria, o carro chefe da economia nacional.

Com a "definitiva conversão do setor industrial e de suas empresas em unidades chaves do sistema, a implantação dos ramos automobilístico, da construção naval, mecânica pesada, cimento, papel e celulose, ao lado da triplicação da capacidade siderúrgica, orientam a estratégia; por seu lado, o Estado lançar se-ã num vasto programa de onstrução e melhoramento de infraestrutura de rodovias, produção de energia elétrica, armazenagem e silos, portos, ao lado de viabilizar o avanço da fronteira agríco-la 'externa', com obras como Brasília e a rodovia Belém-Brasília<sup>11</sup>, passando o Brasil a ter um processo de industrialização muito acelerado o que vem a torná-lo o país industrialmente mais desen-volvido da América Latina pouco depois.

Tinha-se, como dado, que a forma rígida da estrutura imposta às economias exportadoras de matérias-primas pelo sistema internacional da divisão internacional do trabalho era o fundamento da questão da dependência a que essas economias estavam submetidas. Assim, afirmava-se que a industrialização traria consigo a crescente redenção dessas economias. Entretanto, existe certo equívoco a respeito da forma como esse processo de industrialização encaminhado na divisão internacional do trabalho, podendo criar - dependendo da forma como fosse implantado - relações de dependência tão ou mais acentuadas do que as que existiam anteriormente.

Neste sentido, Furtado afirma que: "como os sistemas industriais dos países subdesenvolvidos nasceram para substituir

---

(11) OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*. 4.<sup>a</sup> edição, Petrópoles, Vozes /CEBRAP, 1981, p.45/46.

importações e passaram, em seguida, a reproduzir, ainda que em miniatura o fluxo de novos produtos das economias desenvolvidas, as novas formas de dependência surgiram sem encontrar maiores resistências".<sup>12</sup>

A partir de 1964, o processo de industrialização da economia brasileira é sistematicamente acentuado. As condições criadas no período anterior, encontram nesse período formas para sua consolidação e desenvolvimento. Anteriormente, ainda existiam algumas barreiras ao incremento da internalização do capital estrangeiro no Brasil. A exemplo disso tem-se a lei da Remessa de Lucros e até certo ponto a organização das massas trabalhadoras. Entretanto, com a implantação do novo regime as barreiras são eliminadas favorecendo o crescimento sistemático da internacionalização do capital na economia brasileira.

As medidas adotadas pelo regime favoreciam diretamente às empresas multinacionais. Entre essas medidas pode-se destacar a questão do arrocho salarial, que em última análise significa aumento da taxa de lucro das empresas. Além disso os incentivos estatais atraíam e ainda atraem os capitais externos podendo obter aqui, maiores taxas de lucro que em suas origens. O problema fundamental consistia na criação de condições para reativar o processo de industrialização, a partir da estrutura industrial que já possuía o país e que estava sendo sub-utilizada.<sup>13</sup>

Segundo Furtado a estratégia seguida pode ser resumida nas seguintes linhas de ação:

"a) reorganização do processo de concentração da riqueza e da renda, de forma a que o mecanismo promotor dessa concentração atue, não somente no sentido de favorecer a formação de capital fixo, mas também - e de forma significativa - no de pro-

---

(12) FURTADO, Celso. Op.cit., p.14.

(13) Segundo Celso Furtado, a capacidade ociosa da indústria de bens de capital em 1965 era de cerca de 50%, mesmo se utilizando somente um turno de trabalho. Op.cit., p.37/38.

mover a ampliação do mercado de consumidores de bens duráveis;

b) redução da taxa de salário real básico com respeito a produtividade média do sistema;

c) fomento, em particular mediante subsídios, à exportação de produtos industriais visando a aliviar os setores produtivos que enfrentavam insuficiência de demanda de natureza conjuntural ou estrutural".<sup>14</sup>

Como se pode notar a estratégia adotada deu-se, basicamente, através de mecanismos que já se faziam utilizar anteriormente, quais sejam: o câmbio, o fisco, o crédito e os salários, apesar das novas características que se imprimem a esses mecanismos.

A partir do momento em que se utilizava a política de redução da taxa de salário, aumentava-se a concentração da renda. Essa renda que não seria apropriada somente pelos capitalistas mas também pela camada da população que ocupa setores de rendas elevadas como gerentes, técnicos etc., o que facilitou a expansão do setor produtor de bens de consumo duráveis, pois essa concentração criava as condições necessárias à expansão do mercado interno desses bens. Além disso a concessão de crédito para o consumo a determinada camada da população também veio a favorecer o crescimento desse setor.<sup>15</sup> "Para que o impulso autônomo inicial desse origem a um processo cumulativo, era necessário que o crescimento privilegiasse não somente a maioria proprietária dos bens de capital e sim um grupo social mais amplo, capaz de formar um mercado de bens duráveis de consumo de adequadas dimensões"<sup>16</sup>, o que veio a aumentar a faixa de consumo nesse setor, além de estimular o seu crescimento.

(14) FURTADO, Celso. Op.cit., p.39.

(15) Consultar Celso Furtado. A Nova dependência (Dívida Externa e Monetarismo). 3.<sup>a</sup> edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

(16) FURTADO, Celso. A Análise do 'Modelo' Brasileiro. 7.<sup>a</sup> edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

Apesar de todos os mecanismos utilizados para forçar o crescimento da produção industrial, não foi possível escapar à crise por que vem passando a economia brasileira depois de 1973. Vale ressaltar, entretanto, a forma superficial de crescimento da economia brasileira no período.

Neste sentido, todo o financiamento da produção e do consumo tiveram como base de sustentação a poupança externa, tendo em vista o nível de poupança interna ser muito reduzido. Jun<sub>tu</sub>ndo-se a isso o fato da conjuntura internacional pouco favorável, tendo em vista o grande crescimento do preço do petróleo, além do aumento sistemático do endividamento externo, a concorrência internacional aos produtos brasileiros não permitiu aumentos significativos de suas exportações. Fatos como, preço do petróleo, maiores importações que exportações e os serviços da dívida principalmente colocam a economia brasileira frente a um balanço de pagamentos sempre deficitário, o que culminou com uma dívida externa superior a 70 bilhões de dólares na atualidade.

Para fazer frente a esse tipo de impasse que hoje se coloca sem precedentes, o setor agrário exportador é novamente acionado com a utilização de alta tecnologia. Veja-se a este exemplo, o caso da inundação dos campos do sul do país com a plantação de soja, tendo como finalidade principal a exportação. A exportação de produtos primários é de fundamental importância para o equilíbrio da balança de pagamento, tendo em vista que este setor, por um lado financia parte dos custos do endividamento externo e por outro favorece a acumulação do setor industrial, a partir do momento em que se abastece nesse setor de máquinas e equipamentos, insumos básicos, fertilizantes, sementes, etc.

Atualmente a exportação de bens primários toma novo impulso, desta feita com a produção mineral. A Amazônia, é na atualidade, a região que se apresenta como tendo a saída para a crise por que passa a economia brasileira, vislumbrando-se inclusive o pagamento da dívida externa, através da exploração de seu

potencial em matérias-primas.

Os dados sobre investimentos fixos com estímulos fiscais e creditícios do Conselho de Desenvolvimento Industrial mostram claramente o declínio dos investimentos na indústria de bens de capital, da ordem de 7,6% em 1980 para 4,5% em 1981, enquanto a indústria de matérias-primas e bens intermediários teve um crescimento de 79,6% para 90,1% dos investimentos totais no mesmo período (Quadro I). Neste período a indústria automobilística e seus componentes teve sua participação reduzida de 6,1% para 0,3% dos investimentos totais. Os dados sobre o crescimento da participação dos investimentos na indústria de matérias-primas se acentuam se se levar em consideração que os principais empreendimentos do Projeto Grande Carajás ainda não constam dessas estatísticas, tendo em vista que esses investimentos estão em sua quase totalidade tendo sua implantação atualmente. Vale ressaltar mais uma vez que a maioria dos investimentos já efetuados e que ora implantam-se na Amazônia, tanto na produção de matérias-primas minerais, vegetais, como na agricultura, constam com os estímulos tanto de crédito como fiscais, além de outros tipos de incentivo.

Só para dar um exemplo, a energia que será consumida por esses projetos será altamente subsidiada, e no caso da produção de alumínio - onde se tem uma alta taxa de consumo de energia - somente o complexo Albras-Alunorte monopolizará duas das doze turbinas da hidrelétrica de Tucuruí.<sup>17</sup>

A Amazônia, será, certamente, num futuro próximo, a região que terá maior produção de matérias-primas do país. Isso, por um lado, será garantido pelo inestimável potencial em riquezas existentes na região e por outro, pela ênfase dada pelo Estado, num intuito de resolver um problema estrutural da economia brasileira. A hidrelétrica de Tucuruí e a ferrovia ligando o complexo Carajás, no Pará, ao porto de Itaqui, no Maranhão, são

(17) TEIXEIRA, Hélio. *O Futuro Abre Clareiras na Floresta*. in *Revista Veja*, Editora Abril, nº 728. 18 de agosto de 1982.

QUADRO I

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL  
 INVESTIMENTOS FIXOS COM ESTÍMULOS FISCAIS E CREDITÍCIOS  
 1979 - 1981

MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	1979		1980		1981	
	VALOR	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL	VALOR	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL	VALOR	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL
TOTAL	44.611	100,0	25.102	100,0	138.083	100,0
. Indústria de Bens de Capital	3.555	8,0	1.899	7,6	6.156	4,5
. Indústria de Matérias-Primas e Bens Intermediários	38.006	85,2	19.985	79,6	124.429	90,1
. Indústrias Automotivas e seus Componentes	1.741	3,9	1.542	6,1	439	0,3
. Indústrias de Bens de Consumo	1.309	2,9	1.676	6,7	7.059	5,1

FONTE: Banco Central do Brasil - Relatório Anual - 1981 - Volume 18.

amostras, do interesse desprendido pelo Estado no sentido de agilizar o processo de produção de matérias-primas na Amazônia. Além disso a construção de núcleos urbanos, o plano de reflorestamento, a criação de infraestrutura para a agropecuária e a agricultura, são componentes fundamentais, criados pelo Estado para dar suporte a empreendimentos de tal envergadura.

A questão da produção de matérias-primas na Amazônia, em relação à economia nacional, pode parecer pouco significativa. Entretanto, após a verificação do declínio, apontado pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial, nos investimentos na produção de bens de capital e do acentuado crescimento dos investimentos na produção de matérias-primas e bens intermediários e levando-se em consideração todo o apoio e incentivo dado pelo Estado ao desenvolvimento da produção de matérias-primas na região amazônica, essa questão passa a ter significativa importância.

A Amazônia produzirá a partir da implantação total do complexo Grande Carajás, desde carne bovina até ouro, passando pela produção de papel e celulose, produtos agrícolas e uma infinidade de outros minerais, que serão exportados em sua quase totalidade, sendo o beneficiamento, que esses produtos receberão na região, muito reduzido.<sup>18</sup>

Dessa forma, constata-se um desvio da produção industrial de bens de capital para a produção de matérias-primas. Tal fato tem significado econômico de alta relevância. Isto significa que a economia volta a ter como base fundamental - não significando com isso um regresso no parque industrial - a exportação de bens primários. Para a consolidação dessa exportação, a Amazônia é hoje o palco de uma delirante aventura que possivelmente trará sérias consequências para a economia brasileira em geral, e para a amazônica em particular, num futuro não muito distante.

---

(18) Ver capítulo III deste trabalho.

CAPÍTULO V

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se com o presente trabalho, mostrar o desenvolvimento do processo de produção de matérias-primas na Amazônia na atualidade, tecendo algumas considerações acerca do significado do deslocamento dos investimentos da produção de bens de capital e de consumo duráveis, para a produção de matérias-primas e do significado histórico desse deslocamento para uma economia industrializada aceleradamente como a brasileira.

Para tanto, depois da apresentação do objeto de investigação e de relevantes questões bibliográficas e metodológicas, tratadas no capítulo I, destinou-se o capítulo II deste trabalho, a uma apresentação do significado da produção de borracha natural, anteriormente a 1970, no que respeita ao desenvolvimento da indústria, principalmente a automobilística. No capítulo III, foi apresentada a Amazônia em sua nova etapa da acumulação de capital, através da produção de matérias-primas na atualidade. Finalmente, no capítulo IV foi considerada a atual conjuntura de grandes investimentos na Amazônia, no conjunto da Economia.

Os dados obtidos e sua interpretação indicam que a Amazônia continua como importante fornecedora de matérias-primas. Entretanto, existem mudanças significativas quanto a forma de exploração das riquezas regionais. Atualmente, faz-se sentir a presença do desenvolvimento tecnológico, o que aumenta significativamente os lucros dos capitais ali instalados. A Amazônia torna-se, cada vez mais, o alvo dos interesses do capital internacional, porém com diferenças marcantes. Se por um lado tem-se um avanço tecnológico cada vez mais solidificado, por outro tem-se o Estado dando apoio incondicional, para que a região tenha o seu mais dinâmico ciclo de exploração. Esse apoio do Estado pautou-se numa proposta equivocada de resolver o problema da crise e

CONômica através da exploração de matérias-primas. Para tantos projetos faraônicos de infraestrutura já se fazem presente, e em breve começarão a dar seus frutos ao grande capital instalado na região.

O Projeto Grande Carajás é, na atualidade, o principal projeto de exploração mineral brasileiro. Acompanha esse projeto toda a infraestrutura de apoio como: núcleos urbanos, estradas, portos, ferrovias, reflorestamento, etc. Tudo isto custará ao Estado a significativa cifra de 22,5<sup>1</sup> bilhões de dólares, que serão captados no exterior e que se somarão a uma dívida externa de mais de 70 bilhões de dólares.

Quando se fala dos investimentos diretos no projeto, a captação de divisas no exterior é ainda mais significativa. Estes somam 39,2<sup>2</sup> bilhões de dólares que serão importados através de investimentos diretos das transnacionais instaladas e a se instalar no projeto, como também através de empréstimos externos. Todos esses investimentos estão sendo feitos com o intento de tornar o balanço de pagamentos favorável.

Tudo indica, entretanto, que não serão obtidos resultados relevantes com o projeto Grande Carajás. Neste sentido, "se consideramos apenas o minério de ferro, o valor acumulado das exportações até 1985, em dólares de 1980, deverá alcançar 263,3 milhões, enquanto o valor acumulado das importações montará 335,8 milhões. Ora, durante esse período somente os juros dos empréstimos contraídos no exterior subirão a 329,8 milhões de dólares. Portanto, a saída de divisas mais do que dobra a entrada, se nesta não se inclui o próprio valor dos empréstimos contraídos para o projeto. Adicionando-se os três projetos do setor de alumínio, a relação saída-entrada de divisas sobe para 3. Se se estende o cálculo até o final do decênio, obtêm-se um saldo positivo acumulado de divisas de 1,4 bilhões de dólares, o que não chega a ser

(1) Capítulo III, quadro V.

(2) Idem.

significativo para fazer frente a amortização da dívida já existente"<sup>3</sup>. Vale ressaltar que o Projeto Ferro Carajás é o único projeto que será totalmente explorado por uma empresa estatal, a Companhia Vale do Rio Doce.

Tendo em vista que a maior parte dos capitais investidos no projeto serão de multinacionais, que procurarão sempre aumentar seus lucros, pode-se perceber claramente, que o Grande Carajás, certamente - da forma como está prevista a sua exploração - não será uma saída para o pagamento da dívida externa brasileira. Pelo contrário, poderá aumentá-la significativamente, aguçando ainda mais as contradições da crise atual.

Esse projeto pouco deixará, de suas riquezas, para a região, pois, em primeiro lugar o número de empregos diretos em relação aos investimentos é muito reduzido (7,5% do faturamento)<sup>4</sup>. Essa cifra pode parecer elevada, mas deve-se levar em consideração que a maior parte dessa renda será apropriada por técnicos, gerentes, etc., que certamente virão de outras regiões, ou mesmo do exterior e que fazem parte das camadas de maior renda da população envolvida no projeto. Outro fator importante é a forma de exportação do minério, pois, em sua maioria, serão exportados brutos o que não beneficia a industrialização regional.

O projeto Grande Carajás é o exemplo, porém, a maior parte dos projetos que se estabeleceram e que se estabelecerão na Amazônia, têm as características fundamentais de Carajás, isto é, pouco fica para a região e mesmo para a economia brasileira, pois em sua maioria trata-se de sangria de recursos para o exterior.

Todo o minério de Carajás terá o mesmo fim do manganez que desde a década de 50 é explorado no Amapá, que é exportado e que sua reserva encontra-se prestes a exaurir. Mesmo assim

(3) FURTADO, Celso. *A Nova Dependência (dívida externa e monetarismo)*. 3ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1982, p.42.

(4) Relatório Reservado Sobre Carajás, SNT.

todos esses projetos, desde os projetos madeireiros, agrícolas, de extrativismo vegetal até os de mineração contam com o apoio incondicional do Estado para sua viabilização, sem nenhuma preocupação com a exploração predatória, com o desequilíbrio ecológico, com as condições de vida da população regional etc.

É pois, nestas condições, em que serão exploradas as riquezas regionais, que, em sua maioria não são renováveis, o que se apresenta como uma das grandes dificuldades, para o desenvolvimento da região.

Se a exploração de matérias-primas na Amazônia não deixa tanta certeza quanto a soluções para a crescente dívida externa brasileira, e tampouco beneficiará a região, como vimos anteriormente, a atual mobilização de capitais na Amazônia parece estar indicando, no plano estrutural, o desmoronamento das ilusões acerca do encerramento do grande ciclo de industrialização acelerada, através da expansão do setor produtor de bens de capital.

Com isto, coloca-se, no plano histórico, uma outra questão relevante para economias subdesenvolvidas que experimentaram um processo de industrialização acelerado como a ocorrida no Brasil: nos limites da expansão da acumulação de capital industrial e das dificuldades crescentes em encontrar mercados para os produtos industriais (divisão internacional do trabalho), esses países estariam obrigados a retornar aos condicionantes da própria formação histórica das economias subdesenvolvidas, isto é, a produção e exportação de bens primários.

## VI - BIBLIOGRAFIA

- BACHA, Edmar. *Os Mitos de uma Década: Ensaio de Economia Brasileira*. 2.<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- BAMBIRRA, Vania. *El Capitalismo Dependiente Latinoamericano*. 3.<sup>a</sup> edição. Siglo Veintiuno. s/d.
- BANCO DO BRASIL. *Brasil Exportação 1981*. Cacex. Brasília.
- BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia um Pouco Antes e Além Depois*. Manaus. Alberto Calderaro, 1977.
- BLACK, Hélio. *Carajás: Implicações Econômicas e Políticas*. Rio Claro, 1981, mimeo.
- BUSATTO, Cezar Augusto. *La Crisis del Imperialismo y sus Consecuencias sobre la Reproducción del Capital y la Inserción Mundial de la Economía Brasileira*. Dissertação de mestrado, UNAM, México, 1979, mimeo.
- CARDOSO, Fernando H. e MÜLLER, Geraldo. *Amazônia: Expansão do Capitalismo*. 2.<sup>a</sup> edição. São Paulo, Editora Brasiliense, 1978.
- CEPA/AC. *Estudo sobre a Economia Extrativa da Castanha do Brasil*. Rio Branco, 1980.
- COSTA, José Marcelino Monteiro da, et alii. *Amazônia: Desenvolvimento e Ocupação*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1979.
- COUTINHO, Luciano G. *Mudanças Recentes na Divisão Internacional do Trabalho*. in Revista Contexto. São Paulo, HUCITEC, março/1977.

- DANTAS, Marcos. *A Questão do Alumínio - o Presente e o Futuro da Indústria do Alumínio no Brasil*. Rio de Janeiro, 1980, mimeo.
  
- Diário Oficial da União de 26.04.82.
  
- DNPM. *Anuário Mineral Brasileiro*. Brasília, 1980.
  
- DNPM. *Balanço Mineral Brasileiro*. Brasília, 1980, 2 volumes.
  
- DNPM. *Sumário Mineral*. Brasília, 1981.
  
- FARIAS, Edson Bentes. *Amazônia: os fatos e as hipóteses*. Manaus, Editora Metro Cúbico, 1981.
  
- FERRANI, Sebastião Antônio. *Transertanismo - sofrimento e miséria do nordestino na Amazônia*. Petrópolis, Vozes, 1979.
  
- FURTADO, Celso. *Brasil Pôs "Milagre"*. 4.<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
  
- \_\_\_\_\_ *Análise do "Modelo" Brasileiro*. 7.<sup>a</sup> edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.
  
- \_\_\_\_\_ *A Nova Dependência (Dívida Externa e Monetarismo)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
  
- GARRIDO FILHA, Irene. *Projeto Jari e os Capitais Estrangeiros na Amazônia*. São Paulo, Vozes, 1980.
  
- GUERREIRO, Manoel Gabriel. *O Grande Projeto Carajás*. Brasília, 1981.
  
- \_\_\_\_\_ *A Exploração Mineral na Amazônia e suas Relações com a Expansão da Fronteira Agropecuária e o Meio Ambiente*. Brasília, 1981, mimeo.

- \_\_\_\_\_ *Questão Mineral da Amazônia*. Belém, 1981, mimeo.
- LENIN, V.I. *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*. in *Obras Escolhidas*, vol. I, São Paulo, Alfa Omega, 1979.
- MARTINS, Edilson. *Amazônia, a última Fronteira*. Rio de Janeiro, Codecri, 1981.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*. Petrópolis, Vozes/CEBRAP. 1981.
- \_\_\_\_\_ *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro. Graal, 1977.
- PANDOLFO, Clara. *A Amazônia Brasileira e suas Potencialidades*. SUDAM, Belém, 1979.
- PAULA, João Antonio de. *Notas sobre a Economia da Borracha no Brasil*. Belo Horizonte, 1978, mimeo.
- PROGRAMA GRANDE CARAJÁS. Grupo de Trabalho sobre o Carajás. SBPC Regional. Rio de Janeiro, 1982, mimeo.
- REVISTA ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. Vol. 11, maio de 1979.
- RELATÓRIO RESERVADO SOBRE O CARAJÁS. SNT.
- REIS, Arthur César Ferreira. *O Seringal e o Seringueiro*. Rio de Janeiro. Serviço de Informações Agrícolas, 1953.
- SALOMÃO, Luis Alfredo. *Carajás: Temas para Reflexão*. Belém, 1980, mimeo.
- SANTOS, Breno Augusto dos. *Amazônia: Potencial Mineral e Perspectivas de Desenvolvimento*. São Paulo. T.A. Queiroz Editor, 1981.

- SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia 1800-1920*. São Paulo. T.A. Queiroz Editor, 1980.
- SAUTCHUK, Jaime. *Projeto Jari: a Invasão Americana*. São Paulo. Brasil Debates, 1979.
- SILVA, Luis Osiris. *A Luta pela Amazônia*. São Paulo, Fulgor, 1962.
- SIMPÓSIO ALTERNATIVAS SOBRE CARAJÁS. Congresso Nacional. Brasília, 1981.
- SINGER, Paul. *A Crise do Milagre - Interpretação Crítica da Economia Brasileira*. 3.<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- SOARES, Maria Clara Couto. *Projeto Carajás: Origens e Desenvolvimento*. Brasília, 1981.
- \_\_\_\_\_ *Projeto Carajás Um Projeto Nacional de Exportação*. SBPC, Salvador, 1981, mimeo.
- \_\_\_\_\_ *Carajás Alternativas para um Desenvolvimento Nacional*. IENEGE. Belo Horizonte, 1981, mimeo.
- SOUZA, Nilson Araújo de. *Crisis y Lucha de Classes en Brasil-1974/1979*. Tese de doutoramento UNAM. México, 1980, mimeo.
- SUDHEVEA. *Anuário Estatístico - Mercado Nacional*. 1976/1979.
- SUDHEVEA. *Anuário Estatístico - Mercado Estrangeiro*. 1976/1980.
- SUDHEVEA. *Relatório de Atividades*. 1977/1980.
- SUDHEVEA. *Comentário sobre o desempenho do PROBOR I e II*. Rio Branco, 1982, mimeo.

- TAVARES, Maria da Conceição e DAVID, Maurício Dias (org.) *Economia Política da Crise - Problemas e Impasses da Política Econômica Brasileira*. 3.<sup>a</sup> edição, Rio de Janeiro, Vozes/ACHIME, 1982.
  
- \_\_\_\_\_ *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro - Ensaio sobre a Economia Brasileira*. 5.<sup>a</sup> edição, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.
  
- TEIXEIRA, Hélio. *O Futuro Abre Clareira na Floresta*. in *Revista Veja*, Editora Abril, nº 728, 18 de agosto de 1982.